

ÁGUAS DA AZAMBUJA, S.A.  
**RELATÓRIO E CONTAS**  
**2015**

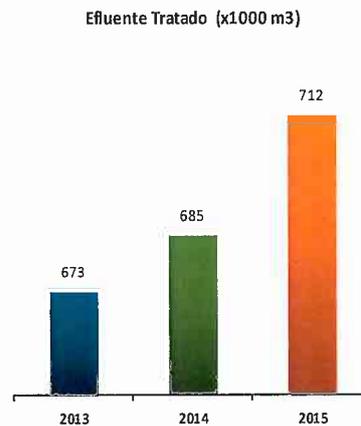
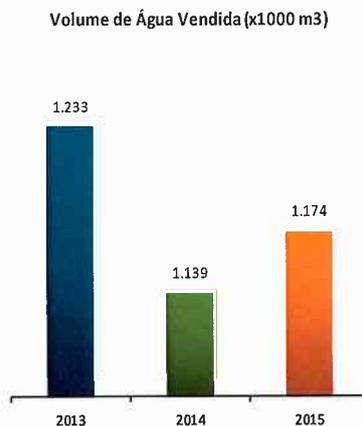
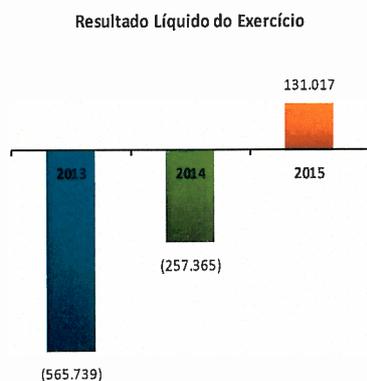
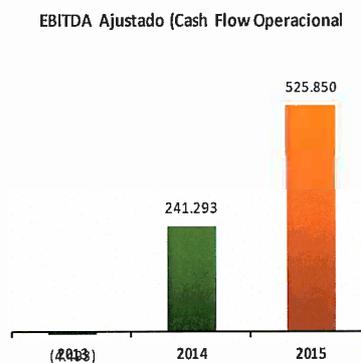
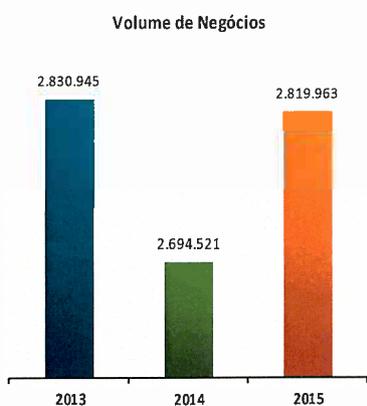
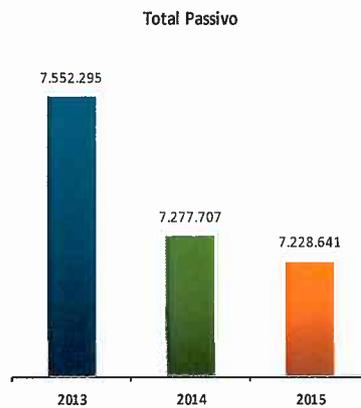
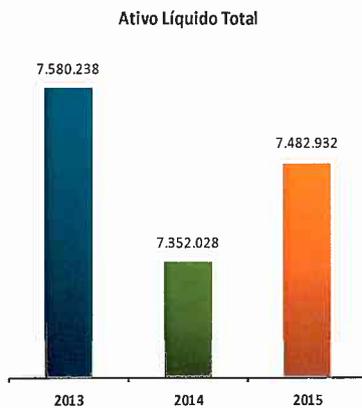
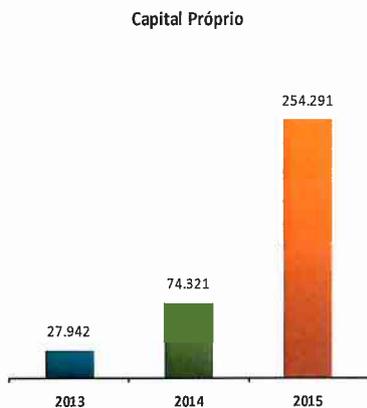
## ÍNDICE

<b>Síntese de Dados/Indicadores</b>	<b>2</b>
<b>Mensagem do Presidente</b>	<b>4</b>
<b>Apresentação da Empresa</b>	<b>5</b>
Breve Historial	5
Estrutura Acionista	6
Órgãos Sociais	6
<b>Objeto da Sociedade</b>	<b>7</b>
<b>Missão e Posicionamento Estratégico</b>	<b>8</b>
Missão	8
Visão	8
Valores	8
Objetivos Estratégicos	8
<b>Síntese de Atividade em 2015</b>	<b>10</b>
Envolvente Exterior	10
Enquadramento Macroeconómico	10
Enquadramento do Setor	12
Enquadramento Local	16
<b>Estrutura Organizacional</b>	<b>18</b>
Organograma	18
Competências	18
Recursos Humanos	20
Regras Societárias	21
<b>Principais Acontecimentos em 2015</b>	<b>22</b>
Desempenho do Sistema	24
<b>Análise Económico Financeira</b>	<b>32</b>
Análise Gastos e Rendimentos	32
Análise do Balanço	34
Indicadores	35
<b>Perspetivas para o Futuro</b>	<b>36</b>
<b>Considerações Finais</b>	<b>37</b>
<b>Outras Informações</b>	<b>38</b>
<b>Proposta de Aplicação de Resultados</b>	<b>39</b>
<hr/>	
<b>Contas do Exercício de 2015 e Respetivo Anexo</b>	<b>40</b>
Balanço	
Demonstração dos Resultados por Natureza	
Demonstração das alterações no Capital Próprio	
Demonstração dos Fluxos de Caixa	
Anexo às Demonstrações Financeiras	
Relatório e Parecer do Fiscal Único	
Certificação Legal das Contas	

## SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES

(em euros)

Síntese de Dados / Indicadores	2013	2014	2015
Capital Social	50.000	50.000	50.000
Capital Próprio	27.942	74.321	254.291
Ativo Líquido Total	7.580.238	7.352.028	7.482.933
Total Passivo	7.552.295	7.277.707	7.228.642
Volume de Negócios	2.830.945	2.694.521	2.819.963
EBITDA Ajustado ( <i>Cash Flow</i> Operacional) (1)	(4.493)	241.293	525.850
EBIT (Resultado Operacional)	(128.420)	97.517	397.046
Resultados Antes de Impostos	(566.738)	(258.441)	139.603
Resultado Líquido do Exercício	(565.739)	(257.365)	131.017
Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	-2024,7%	-346,3%	51,5%
Rentabilidade do Ativo (%)	-7,5%	-3,5%	1,8%
Autonomia Financeira (%)	0,4%	1,0%	3,4%
Nº de Colaboradores em 31 dezembro	11	10	10
Nº de Municípios Abastecidos	1	1	1
Área Geográfica Abrangida (Km <sup>2</sup> )	262	262	262
População Residente na Área Abrangida	21.814	21.814	21.814



## MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2015 é marcado definitivamente como o ano em que a Águas da Azambuja conseguem atingir resultados positivos. Esta alteração deve-se ao trabalho consistente que tem vindo a ser feito por uma equipa dedicada e motivada em servir cada vez melhor os seus clientes e a população do Concelho de Azambuja, em estreita colaboração com a Concedente.

A empresa Águas de Portugal levou a cabo um processo de agregação dentro das empresas do seu Grupo, o que fez com que a entidade fornecedora dos serviços em “Alta” de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais à Águas da Azambuja, passasse a ser a empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo em substituição da empresa Águas do Oeste.

Foi também o ano em que a empresa finalmente alcança o acordo com a Concedente em relação ao processo de reequilíbrio económico-financeiro da Concessão e de adaptação do contrato ao novo regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água. Trata-se de um momento marcante que irá permitir à empresa equilibrar as suas contas e garantir no futuro as expectativas de todos os seus *stakeholders*.

Desde a sua constituição que a gestão da empresa, tomou uma linha orientadora que a levou a ser reconhecida por entidades externas, tanto ao nível da qualidade de água, como na qualidade de serviço. Sempre focada em fazer mais e melhor, com mais eficiência nos processos e contenção nos custos, tendo sempre presente elevados níveis de qualidade de serviço.

É importante salientar que estes indicadores, os resultados e o reconhecimento externo são possíveis com elevados índices de motivação e trabalho, aliados a um forte sentido de responsabilidade e orgulho pela concretização de objetivos comuns de todos aqueles com quem a Águas da Azambuja trabalha todos os dias, nomeadamente Colaboradores, Câmara Municipal de Azambuja, Entidade Reguladora de Águas e Resíduos, Acionistas, restantes Entidades relacionadas e principalmente os nossos Clientes.

O Presidente do Conselho de Administração



Paulo Jorge Almeida Oliveira

## APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

### BREVE HISTORIAL

A sociedade AdAz - Águas da Azambuja, SA, foi constituída em 10 de março de 2009 em resultado da adjudicação do Concurso Público Internacional lançado pelo Município de Azambuja em abril de 2007 para a Concessão da exploração e gestão conjunta dos serviços municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha e rejeição de águas residuais no concelho.

Em 11 de Maio de 2009 foi celebrado o Contrato de Concessão entre o Município de Azambuja e a Águas da Azambuja, S.A.. No dia 11 de julho de 2009, arrancou a fase de exploração (Período de Funcionamento Normal) que se irá prolongar por 30 anos. Após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa do sistema municipal passou para a Águas de Azambuja.

Em junho de 2011 foi apresentado ao Município um pedido de reequilíbrio da Concessão por força de alterações legislativas significativas, nomeadamente a publicação do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, cujo prazo de adaptação terminou a 20 de agosto 2012, e de condicionantes várias relativamente ao Caso Base anexo ao Contrato de Concessão. Este pedido resultou num processo negocial mais alargado de revisão do Contrato de Concessão iniciado em janeiro de 2012 e que culminou em dezembro de 2012 na estabilização da Minuta de Aditamento. Após parecer da Entidade Reguladora em abril de 2015, a minuta de Aditamento foi aprovada pelo município em Assembleia Municipal em junho de 2015. Atualmente aguarda-se o consentimento da Entidade Financiadora do Projeto para posterior obtenção de visto por parte do Tribunal de Contas e entrada em vigor durante o 2º trimestre de 2016.

Os fascículos do Plano de Investimentos da Concessão encontram-se praticamente concluídos: da globalidade dos projetos apenas faltam executar 3 dos 11 projetos de abastecimento e 1 dos 18 projetos de drenagem de águas residuais. Os projetos já executados garantem a cobertura de serviço prevista, não sendo a mesma efetivada na globalidade dos aglomerados urbanos por atraso na conclusão do Plano de Investimentos da Aguas do Oeste no Município de Azambuja.

As obras em falta promovem a redundância na origem de água no principal sistema de abastecimento (eixo Alcoentre-Aveiras) e a ligação à rede de drenagem da zona industrial de Azambuja / Vila Nova da Rainha.



## ESTRUTURA ACIONISTA

A Águas da Azambuja é uma Empresa com um capital de 50.000 euros, com a seguinte Estrutura Acionista:

Aquapor – Serviços, S.A.	74,98%
Ecobrejo – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A.	24,99%
Luságua – Serviços Ambientais, S.A	0,01%
Luságua Alcanena - Gestão de Águas, S.A	0,01%
Pragosa Ambiente, S.A	0,01%

## ÓRGÃOS SOCIAIS

### Mesa da Assembleia Geral:

Sr. Gaspar Barbosa Borges – Presidente;  
Sr.ª Maria da Piedade Rosa Pragosa Moreira – Secretária.

### Conselho de Administração:

Eng.º Paulo Jorge Almeida Oliveira – Presidente;  
Eng.º Tiago Azevedo Fernandes de Carvalho – Vogal;  
Dr. António José Martins de Sousa Lucas – Vogal.

### Órgão de Fiscalização:

Fiscal Único: Ernst & Young Audit & Associados – SROC,S.A.  
Suplente do Fiscal Único: Dr. Ricardo Filipe de Frias Pinheiro

## OBJETO DA SOCIEDADE

### OBJETO

*A sociedade tem por objeto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de águas e de recolha e rejeição de águas residuais em sistemas unitários e separativos na área do Município de Azambuja, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as Instalações, Infraestruturas e Equipamentos que compõem os sistemas concessionados, bem como de recolha, transporte e encaminhamento adequado de Águas Residuais provenientes de fossas particulares domésticas e industriais.*

(art.º 3 dos Estatutos da Sociedade)

Com o apoio

# ÁGUAS DA AZAMBUJA



O objeto da Sociedade traduz-se na:

- (i) Exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha e rejeição de águas residuais do Município de Azambuja por um período de 30 anos;
- (ii) Execução das obras do Plano de Investimentos da Concessionária, tendo em vista a persecução dos objetivos de 98% de cobertura da população em abastecimento de água e de 95% de cobertura da população em drenagem de águas residuais.

## MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

### MISSÃO

Satisfazer as necessidades no domínio do abastecimento de água e saneamento de forma eficiente, garantindo o abastecimento em quantidade e qualidade, promovendo elevados índices de satisfação das populações, potenciando a sua atividade como ferramenta de apoio ao desenvolvimento económico e social a nível local e assegurando a preservação do ambiente.

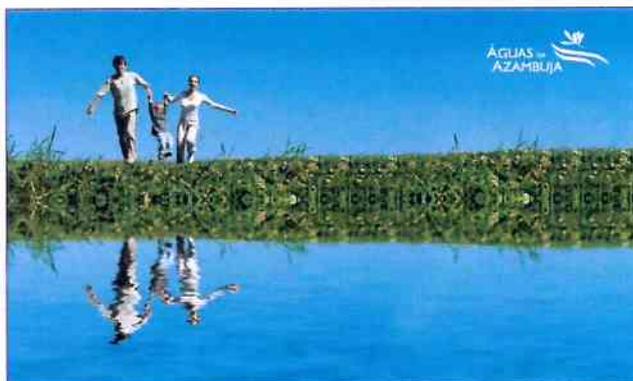
### VISÃO

Ser uma Concessão que se constitua como benchmark nacional na relação custo/eficiência do serviço num período de 3 a 5 anos.

### VALORES

A Águas da Azambuja pretende manter uma cultura própria através da assunção dos seguintes valores:

- Dinamismo e Profissionalismo;
- Espírito de Equipa;
- Criação de valor;
- Respeito pelo ambiente;
- Ética;



### OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos, ordenados pelas diferentes áreas da empresa, são os seguintes:

#### Global:

- Cumprir o contrato de concessão e fomentar o bom relacionamento com a Entidade Concedente;
- Adequar todos os contratos associados ao contrato de concessão às necessidades da empresa;
- Promover a eficácia na gestão;
- Contribuir para o desenvolvimento económico e social da região e promover a integração da empresa na comunidade.

#### Recursos Humanos:

- Otimizar a Formação dos colaboradores da empresa;
- Potenciar as competências da empresa;
- Incentivar a comunicação interna e o espírito de equipa;
- Criar mecanismos de coordenação e de partilha de informação.

#### Área Técnica:

- Assegurar a fiabilidade no abastecimento de água e recolha de águas residuais;
- Garantir uma adequada qualidade da água distribuída;
- Reduzir o número de consumos ilegais;
- Reduzir o número de afluência indevidas;
- Redução das perdas na rede de água.

#### Área Comercial:

- Promover a excelência na qualidade do serviço e melhorar a qualidade de vida dos nossos clientes criando alternativas;
- Desenvolver novos produtos e serviços procurando a satisfação do cliente;
- Aumentar a notoriedade da empresa e o conhecimento do mercado, como alavanca à expansão do negócio;

#### Área Financeira:

- Maximizar a criação de valor;
- Otimizar os proveitos operacionais;
- Otimizar os custos da estrutura.



## SINTESE DE ATIVIDADE EM 2015

### ENVOLVENTE EXTERIOR

#### ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

##### Geral

No decorrer do ano de 2015 assistimos a uma recuperação da economia portuguesa a um ritmo relativamente moderado. No primeiro semestre do ano verificou-se um crescimento do PIB de 1.6% face ao período homólogo, decorrente da aceleração da procura interna e das exportações, crescimento este que diminui no segundo semestre do ano e encerra nos 1.5%.

As economias da Zona Euro continuaram a beneficiar de taxas de juro que atingiram mínimos históricos, tendo encerrado mesmo negativas para os valores de referência a três e seis meses; ambas as taxas tiveram uma redução de 0.21p.p.

De acordo com a informação histórica do Banco de Portugal e EMMI, a evolução da Euribor nos últimos 3 anos foi a seguinte (valores no fim do período):

	2013	2014	2015
Euribor 1M	0,22%	0,02%	-0,21%
Euribor 3M	0,29%	0,08%	-0,13%
Euribor 6M	0,39%	0,17%	-0,04%
Euribor 12M	0,56%	0,33%	0,06%

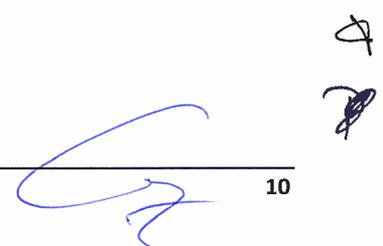
Fonte: EMMI (valores de fim de período)

O **preço do petróleo** apresentou desde o segundo semestre de 2014 uma queda muito significativa, situando-se o Brent abaixo dos 40 Euros/Barril no final do ano de 2015.

Numa economia importadora de petróleo, como é o caso da economia portuguesa, a redução do preço do petróleo tem um impacto positivo sobre o crescimento do PIB, através da redução dos custos de produção e de transporte e da sua transmissão aos preços no consumidor. O impacto sobre os preços do consumidor reflete quer o efeito direto proveniente da redução do preço dos produtos derivados do petróleo quer o efeito indireto resultante da redução do custo de produção de outros bens.

##### Portugal

O atual ritmo de recuperação da economia portuguesa tem sido relativamente moderado, tendo em conta a contração dos últimos anos.



Em 2015, o **Índice de Preços no Consumidor (IPC)** registou uma variação média anual de 0.5%, o que representa um aumento de 0.8p.p. face aos valores de 2014.

A taxa de variação média anual do **Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC)** situou-se em 0.5%, (aumento de 0.7p.p. face ao ano de 2014).

Apresentam-se em seguida as taxas de variação anual dos principais indicadores económicos, com base na informação do Banco de Portugal e do INE:

	2013	2014	2015
PIB	(1,4%)	0,9%	1,5%
IPC	0,3%	(0,3%)	0,5%
IHPC	0,4%	(0,2%)	0,5%
Desemprego	16,2%	13,9%	12,2%
Consumo Privado*	(1,4%)	2,1%	2,7%
Consumo Público*	(1,9%)	(0,1%)	0,1%
Exportações*	6,4%	2,9%	5,3%
Importações*	3,6%	5,3%	7,3%

Fonte: Banco de Portugal e INE  
\* Dados 3º Trimestre de 2015

A taxa média de **desemprego** em 2015 ascendeu a 12.2%, menos 1.7p.p. do que no período homólogo.

Relativamente ao **comércio internacional**, e de acordo com a informação divulgada pelo INE, verificamos uma aceleração das exportações de 2.4p.p. e importações num total de 2p.p.

A evolução das tarifas de **energia elétrica** de venda a clientes finais em Portugal Continental mostra um aumento em todos os níveis:

	2013	2014	2015
Média Tensão	149	155	161
Baixa Tensão Especial	162	169	175
Baixa Tensão Normal	138	142	146

Fonte: ERSE; Em 2013 todos os preços apresentados correspondem a tarifas transitórias

No que diz respeito ao enquadramento internacional, as atuais projeções antecipam uma recuperação do PIB e do comércio mundial para os anos de 2016 e 2017 após a desaceleração observada em 2015.

A procura externa dirigida à economia portuguesa deverá aumentar, refletindo a aceleração da economia mundial, principalmente dos mercados fora da zona euro. A procura interna deverá apresentar um crescimento robusto, compatível com a redução da alavancagem das famílias e empresas não financeiras.

## ENQUADRAMENTO DO SETOR 2015

Em termos do enquadramento do sector ao nível internacional, a acessibilidade dos serviços de fornecimento de água potável e saneamento de águas residuais, a eficiência dos sistemas e a utilização racional e sustentável dos recursos continuaram a marcar a agenda mundial, constituindo especial preocupação das Nações Unidas, Organização Mundial de Saúde e ONGs.

Tendo como base os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, as Nações Unidas aprovaram em 2015 a nova agenda 2030 e os respetivos “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, onde se estabelece até 2030:

- Alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos;
- Alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos;
- Melhorar a qualidade da água e redução da poluição, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização;
- Aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água;
- Implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado;
- Proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água;
- Ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento;
- Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento.

Ao nível Nacional, em 2015 destacam-se, pela sua relevância na alteração do sector empresarial relacionado, dois acontecimentos:

- Conclusão do processo de privatização da Empresa Geral do Fomento, SA (EGF);
- Agregação de sistemas multimunicipais dos serviços de águas em alta;
- Início dos processos de harmonização tarifária.

### Portugal – Enquadramento legislativo

Durante os anos de 2013, 2014 e 2015, o Governo Português publicou um conjunto de diplomas e planos estratégicos que constituem o enquadramento legal e institucional para uma mudança que já peca por não ter acontecido há longos anos: a reestruturação de um setor com fortes desequilíbrios económico-financeiros.

Efetivamente, durante 2013 foram aprovados e publicados dois importantes diplomas: a Lei nº 35/2013, de 11 de junho, que altera a chamada Lei de Delimitação de Sectores, e um mês depois, o Decreto-Lei nº 

92/2013, de 11 de julho, que procede à revogação do decreto-lei 379/93, de 5 de novembro e cria o novo regime jurídico de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de água e saneamento.

Pode ler-se na exposição dos motivos destes dois diplomas que a linha de atuação projetada pelo Governo assenta:

- na promoção do equilíbrio tarifário,
- na resolução dos défices tarifários,
- na implementação de estratégias de integração vertical dos sistemas municipais, e
- na agregação dos sistemas multimunicipais existentes em sistemas novos de maior dimensão.

Concretamente na alteração da Lei de Delimitação de Sectores, o Governo considerou que o regime jurídico era especialmente limitativo no acesso da iniciativa privada à gestão de sistemas multimunicipais, e assim, a estratégia definida de maior abertura do subsector da água aos privados concretiza-se através da possibilidade das atuais concessionárias dos sistemas multimunicipais poderem subconcessionar tais atividades a privados.

O Estado mantém, contudo, a natureza pública dos sistemas multimunicipais, bem como os poderes de direção, autorização, aprovação, fiscalização e suspensão dos respetivos atos.

Em 2014, foram publicados os novos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, através da Lei nº 10/2014, de 6 de março. A ERSAR passou a ser uma entidade administrativa independente, com funções de regulação e de supervisão, dotada de autonomia de gestão e que tem por missão a regulação e a supervisão dos setores dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos. Realce-se pela positiva que a ERSAR é a partir de agora independente, não se encontrando sujeita a superintendência ou tutela governamental.

Foram também publicados a Lei nº 12/2014, de 6 de março, que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 194/2009 no sentido de modificar os regimes de faturação e contraordenacional, e o Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de julho, este último diploma denominado como “Lei da Fatura Detalhada”.

Já em 2015, o Governo aprovou o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (PENSAAR 2020) através do Despacho nº 4385/2015, do Secretário de Estado do Ambiente.

Igualmente em 2015, foram criados os novos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento do Centro Litoral de Portugal, do Norte de Portugal e de Lisboa e Vale do Tejo e cujos diplomas criam a sociedade Águas do Centro Litoral, S. A., a sociedade Águas do Norte, S. A., e a sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., e atribuí-lhes as respetivas concessões da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento que consubstanciam um serviço público a exercer em regime de exclusivo.

A estratégia delineada pelo Governo, concretizada na publicação da Lei n.º 35/2013, de 11 de junho, e do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, acima mencionada, assenta na agregação dos sistemas multimunicipais existentes em sistemas novos de maior dimensão, de forma a promover, na ótica do



Governo, a obtenção de economias de escala que garantam a sustentabilidade económica, social e ambiental dos serviços e preservando sempre a sua natureza pública.

Relativamente à área dos resíduos, os anos de 2014 e 2015 foram talvez os mais ricos em mudanças da última década. Efetivamente, as profundas alterações legislativas, (foram publicados 37 diplomas legais e regulamentares), o PERSU 2020, a privatização da EGF, a alteração do Estatuto do Regulador, a criação dos Regulamentos Tarifários, o Compromisso para o Crescimento Verde e a Fiscalidade Verde e também o Plano nacional de Gestão dos Resíduos (PNGR), constituem uma verdadeira reforma do setor dos resíduos.

### Portugal - Atividade do Setor 2015

Em Portugal existem 385 entidades gestoras, das quais 277 com atividade de abastecimento público de água (excluindo-se cerca de 85 microentidades formadas por Juntas de Freguesia ou associações de utilizadores), 283 com atividade de saneamento de águas residuais urbanas e 282 com atividade na gestão de resíduos urbanos.

O setor é caracterizado por uma grande diversidade de realidades, que se observam não só na escala e nos recursos das entidades gestoras, mas no próprio modelo de gestão adotado.

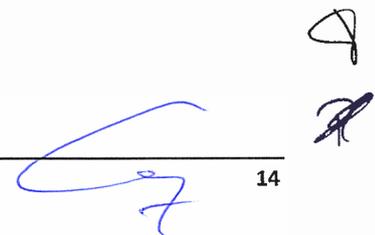
Segundo a ERSAR (RASARP, 2014), no abastecimento de água em alta, verifica-se que as concessões multimunicipais abrangem o maior número de municípios (167) e de população (4,9 milhões habitantes), sendo também o modelo que cobre a maior parte do território nacional, cerca de 70%.

No saneamento em “alta”, o tipo de modelo com maior representatividade também é o das concessões multimunicipais, com 196 municípios e 6,9 milhões de habitantes, abrangendo 76% da área territorial

Entidades Gestoras em "Alta"	Água	Saneamento
Concessões Multimunicipais	11	16
Concessões Municipais	1	2
Delegações estatais	1	-
Parcerias Estado / Municípios	1	1
Empresas Municipais ou Intermunicipais	1	-
Juntas de freguesia/ Associação de utilizadores	-	-
Associações de Municípios	-	-
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	-	-
Serviços Municipais	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>15</b>	<b>19</b>

Fonte: ERSAR, RASARP, 2014

As entidades gestoras “em baixa” são 347 no domínio do abastecimento de água, repartidas por 8 modelos de gestão e 264 no domínio do saneamento de águas residuais, repartidas por 5 modelos de gestão.



Nos serviços de abastecimento de água em “baixa”, os serviços municipais são o modelo de gestão com maior representatividade, abrangendo 3 milhões de habitantes, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,3 milhões de habitantes, e as concessões municipais com cerca de 2 milhões de habitantes.

Ao nível do saneamento de águas residuais em “baixa”, os serviços municipais têm a maior representatividade, abrangendo cerca de 3,8 milhões de habitantes e 197 municípios, seguindo-se concessões municipais (1,7 milhões de habitantes), as empresas municipais ou intermunicipais (1,8 milhões de habitantes) e os serviços municipalizados ou intermunicipalizados (2,3 milhões de habitantes).

Entidades Gestoras em "Baixa"	Água	Saneamento
Concessões Multimunicipais	1	-
Concessões Municipais	28	23
Delegações estatais	1	-
Parcerias Estado / Municípios	1	1
Empresas Municipais ou Intermunicipais	23	24
Juntas de Freguesia/ Associação de utilizadores	85	-
Associações de Municípios	-	-
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	20	19
Serviços Municipais	188	197
<b>TOTAL</b>	<b>347</b>	<b>264</b>

Fonte: ERSAR, RASARP, 2014

De acordo com a ERSAR a **acessibilidade do serviço** de abastecimento de água em baixa é boa para o território continental. Quanto ao saneamento, é boa nas áreas predominantemente urbanas e mediana nas áreas predominantemente rurais e mediantemente urbanas:

Abastecimento de água em Portugal continental Serviço em baixa (para 90% das entidades)	
Acessibilidade física do serviço	95%
Área predominantemente urbana	100%
Área mediantemente urbana	94%
Área predominantemente rural	92%

Fonte: ERSAR, RASARP, 2014

Saneamento de águas residuais em Portugal continental Serviço em baixa (para 89% das entidades)	
Acessibilidade física do serviço	83%
Área predominantemente urbana	97%
Área mediantemente urbana	78%
Área predominantemente rural	70%

## ENQUADRAMENTO LOCAL

A Águas da Azambuja é Concessionária por um período de 30 anos, em regime de exclusividade de um sistema Municipal do Município de Azambuja que abrange uma área geográfica de 262 Km<sup>2</sup>. Residem na área abrangida 21.814 habitantes<sup>1</sup>, estando presentes no Município cerca de 97% dessa população. Dos resultados dos CENSOS de 2011 destacam-se ainda o número de 8.197 famílias e 11.937 alojamentos clássicos, indicadores essenciais para compreender os indicadores relativos à disponibilidade do serviço e à sua efetiva adesão.

É uma Concessão Municipal, operando em baixa, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 379/93, de 5 de novembro e do Decreto-Lei nº 194/2009 de 20 de agosto. Os serviços de fornecimento de Água e o Tratamento das Águas Residuais em alta foram assegurados pela empresa Águas do Oeste S.A. concessionária do Sistema Multimunicipal da região do Oeste até junho de 2015 e pela empresa Aguas de Lisboa e Vale do Tejo após essa data.

A atividade económica do Concelho da Azambuja assenta fundamentalmente em agricultura e florestas integradas em fileira de produção e mais recentemente serviços de transportes e logística. Verifica-se uma especialização do Concelho na área da logística, desde a logística mais banal à logística de elevada rentabilidade e de maior especialização. Atualmente a componente comercial e industrial representa um peso de 20,3% no volume de água vendida.

O Concelho da Azambuja encontra-se por tal integrado num quadro de uma região metropolitana alargada, pelo que se situa no centro de uma área que concentra parte significativa da produção nacional e da população residente no país. Este quadro favorável e de proximidade permitiram a consolidação dos sectores industrial, da logística e dos transportes e no desenvolvimento do sector agroflorestal, com a criação de atividades a ele relacionadas, designadamente com atividades complementares, de cariz cultural e turístico.

Os resultados dos Censos de 2011 indicam para o Concelho da Azambuja um crescimento populacional na ordem dos 3% na década 2001-2011 e um aumento significativo do número de alojamentos disponíveis que se traduzem em mais 17% de oferta quando comparado com o ano de 2001.

A distribuição espacial da população no território concelhio apresenta um padrão de concentração em pequenos aglomerados dispersos um pouco por todo o território, bipolarizado por dois núcleos mais relevantes, - Azambuja e Aveiras de Cima - e apoiado noutros núcleos com alguma dimensão à escala do Concelho, designadamente Alcoentre, Manique do Intendente, Vale do Paraíso e Vila Nova da Rainha.

Em termos de dinâmica demográfica das freguesias, a evolução recente tem sido caracterizada pelo acentuar das assimetrias intra-concelhias, as quais se têm apoiado em dois mecanismos distintos mas complementares nesse processo: concentração dos ganhos populacionais nas freguesias de Aveiras de Cima e Azambuja, melhor servidas por acessibilidades rodoviárias e com maior dinamismo económico;

<sup>1</sup> INE – Resultados CENSOS 2011.

perdas demográficas nas freguesias mais afastadas dos eixos viários estruturantes, mais rurais, designadamente Manique do Intendente e Vale Paraíso.<sup>2</sup>

A atividade de Águas da Azambuja é regulada por:

- Contrato de concessão de exploração e gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de águas e de recolha e rejeição de águas residuais em sistemas unitários e separativos na área do Município de Azambuja, estabelecido com o Município de Azambuja em 11 de maio de 2009, com a duração de 30 anos.
- Regulamentos Municipais do Abastecimento de Água e de Águas Residuais do Concelho de Azambuja que estabelecem e definem as regras e condições a que devem obedecer os sistemas de distribuição pública e predial na área de intervenção da Águas da Azambuja. Estes regulamentos pretendem dar resposta ao estabelecido no contrato de concessão em termos de definição das relações contratuais entre a empresa e os utentes.
- Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos – ERSAR;
- Legislação geral do sector.

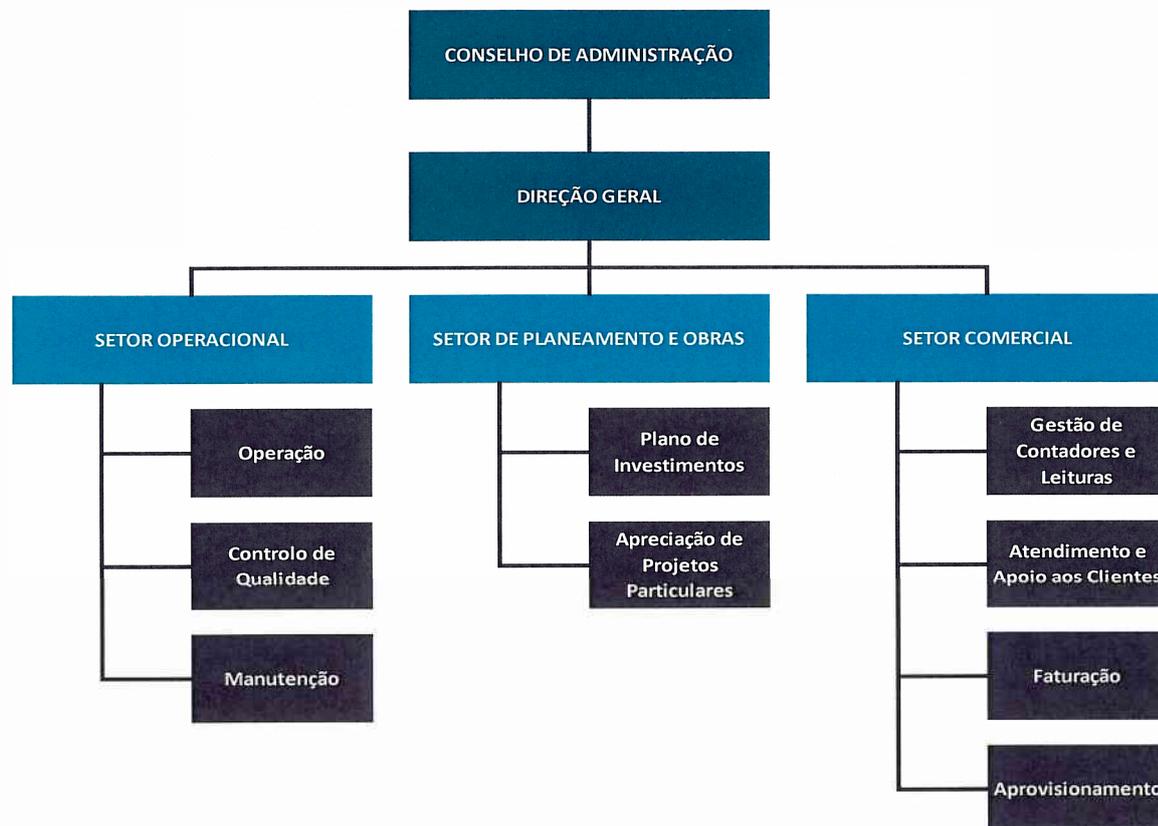


Anualmente, no mês de março, a Águas da Azambuja apresenta ao Município o Relatório Anual de Atividade da Concessionária relativo ao ano transato. Durante o mês de setembro de 2015 foi submetido do Plano de Controlo da Qualidade da Água para o ano de 2016, aprovado posteriormente pela Entidade Reguladora. O Plano aprovado para o ano de 2015 foi cumprido na íntegra. Complementarmente a esta informação, a Concessionária apresenta ao Município um relatório semestral em setembro.

<sup>2</sup> Revisão do Plano Diretor Municipal da Azambuja - Avaliação Ambiental Estratégica, abril de 2010, elaborado por Traço e Ambiente, Lda. atualizado com base nos resultados dos CENSOS 2011.

## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

### Organograma



### Competências

#### Administração

- Representar a empresa;
- Definir a estratégia, objetivos, linhas de atuação e políticas da Concessionária;
- Aprovar o Plano de Atividades, Plano de Investimentos e Orçamento e Relatório de Contas da Concessionária;
- Supervisionar a atividade da Concessionária.

#### Direção Geral:

- Dirigir a concessão em conformidade com as diretrizes emanadas da Administração;
- Supervisionar e estabelecer as linhas de atuação dos Sectores Comercial, Operacional e de Planeamento e Obras;
- Representar a Concessionária perante o Município de Azambuja;
- Elaborar o orçamento anual da empresa;
- Verificar o cumprimento do Programa anual de gestão da empresa;

- Informar sobre a gestão da empresa.
- Controlar a qualidade da água para consumo humano, garantindo a fiabilidade e qualidade do sistema;
- Manter relações com a ERSAR, Organismos Sanitários e Laboratórios;
- Dar cumprimento à legislação de controlo de qualidade em vigor para o sector;
- Analisar o rendimento das redes de distribuição de água e tomar medidas corretivas.

#### Setor Operacional:

- Supervisionar e estabelecer, em conformidade com as diretrizes emanadas da Direcção-Geral, as linhas de atuação das áreas de controlo de qualidade, exploração e manutenção;
- Estabelecer os objetivos, planos gerais e orçamentos do Sector Operacional;
- Obter os meios necessários para o cumprimento dos objetivos;
- Gerir os meios materiais e de pessoal do Sector Operacional.
- Supervisionar o correto funcionamento dos equipamentos;
- Apoiar as ações de manutenção programada e de reparação de avarias;
- Gerir todas as estações elevatórias, reservatórios, condutas adutoras e distribuidoras;
- Realizar a limpeza de reservatórios e adutoras;
- Atender os avisos de ruturas e localizá-las, determinando as operações necessárias para a sua reparação;
- Executar os ramais domiciliários. Colocar, substituir e retirar contadores de água;
- Analisar o rendimento das redes de distribuição de água e tomar medidas corretivas.



#### Setor Comercial:

- Supervisionar e estabelecer, em conformidade com as diretrizes emanadas da Direcção-Geral, as linhas de atuação do Sector Comercial;
- Estabelecer os objetivos, planos gerais e orçamentos do Sector Comercial;
- Obter os meios necessários para o cumprimento dos objetivos;
- Gerir os meios materiais e de pessoal do Sector Comercial;
- Atender a linha telefónica;
- Rececionar a correspondência e proceder à sua entrega a cada destinatário;
- Dar resposta à correspondência de acordo com as orientações emanadas do destinatário;
- Efetuar e manter atualizado o arquivo de documentos;
- Organizar as folhas de ponto e demais documentos justificativos de faltas ou trabalho extra de cada funcionário;
- Organizar os mapas de formação profissional em função das necessidades;
- Efetuar os pedidos de compra de materiais;



- Gerir as entradas e saídas das peças existentes no armazém;
- Controlar a documentação do parque automóvel.
- Atender os pedidos e sugestões dos Clientes;
- Estudar, analisar e elaborar as respostas às reclamações dos clientes;
- Realizar contratos de fornecimento de água;
- Controlar as leituras e consumos dos clientes e proceder à emissão das respetivas faturas, de acordo com o tarifário em vigor;
- Gerir o controlo de cobranças e proceder à emissão de cartas-aviso de dívida;
- Receber os pagamentos dos clientes efetuados em dinheiro, cheque ou vale postal. Controlar os recebimentos por Agentes de Cobrança, Multibanco, *Payshop* e Transferência bancária.

### Setor de Planeamento e Obras:

- Supervisionar e estabelecer, em conformidade com as diretrizes emanadas da Direcção-Geral, as linhas de atuação do Sector de Planeamento e Obras;
- Estabelecer os objetivos, planos gerais e orçamentos do Sector de Planeamento e Obras;
- Apreciar projetos;
- Acompanhar a execução de obras a decorrer;
- Prestar informações técnicas a Clientes e CMA;
- Planear obras;
- Coordenar e fiscalizar as obras afetas ao Plano de Investimentos;
- Validar e aprovar Projetos de Execução para lançamento de obras.



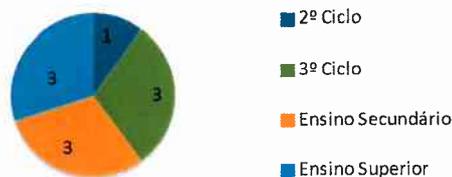
### Recursos Humanos

A empresa tem ao seu serviço 10 colaboradores distribuídos, em termos de vínculo contratual, da seguinte forma:

Tipo Contrato	2013	2014	2015
Contrato sem Termo	6	8	10
Contrato Termo Certo	5	2	0
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>10</b>

A distribuição dos colaboradores por níveis de habilitações era, no final de 2015, a seguinte:

Nível Habilitações	Homens	Mulheres	Total
2º Ciclo	1	0	1
3º Ciclo	3	0	3
Ensino Secundário	1	2	3
Ensino Superior	2	1	3
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>10</b>



A distribuição dos Recursos Humanos existentes por qualificação profissional foi a seguinte:

Nível Qualificação	Homens	Mulheres	Total
Dirigentes	1	0	1
Quadros Superiores	1	0	1
Quadros Intermédios	1	0	1
Profissionais Qualificados	4	3	7
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>10</b>



- Dirigentes
- Quadros Superiores
- Quadros Intermédios
- Profissionais Qualificados

Quanto ao nível de antiguidade verificou-se a seguinte distribuição dos colaboradores:

Nível Antiguidade	Homens	Mulheres	Total
0 a 5 anos	1	2	3
5 a 15 anos	5	1	6
> 15 anos	1	0	1
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>10</b>

O nível etário médio é de 42 anos, verificando-se a seguinte distribuição dos colaboradores:

Nível Etário	Homens	Mulheres	Total
25 a 29 anos	0	0	0
30 a 34 anos	1	1	2
35 a 39 anos	2	1	3
40 a 44 anos	0	1	1
45 a 49 anos	2	0	2
50 a 54 anos	2	0	2
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>10</b>

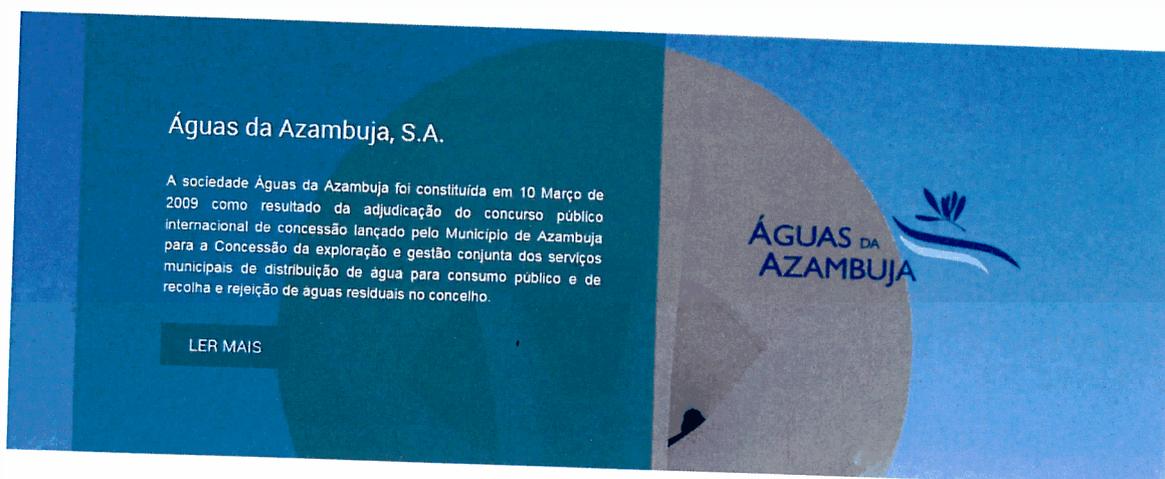
### Regras Societárias

A empresa rege-se pelo definido no seu pacto social. A Assembleia reúne obrigatoriamente nos três primeiros meses de cada ano, nos termos do disposto no artigo 366º do Código das Sociedades Comerciais e sempre que requerida por um ou mais acionistas com capacidade para o fazerem.

A gestão da sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por três membros, e que reúne, no mínimo, uma vez em cada trimestre. A gestão corrente da sociedade é realizada pelo Diretor Geral por delegação de competências no âmbito do mandato conferido pelo Conselho de Administração.

As regras definidas pelos acionistas, através de regulamentos e comunicações internas, estabelecem os princípios, regras e condutas a adotar no desenvolvimento da atividade da empresa, em particular do

controlo orçamental, regras contabilísticas, pessoal e limite de competências para a aprovação de compras e realização de investimentos.



## PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2015

### Factos Relevantes

O ano de 2015 foi centrado na otimização operacional do sistema e na eficiência dos processos comerciais. Manteve-se um relacionamento profícuo com a Concedente e outras entidades envolvidas, garantindo assim um enquadramento favorável, necessário ao bom desempenho da empresa do ponto de vista operacional e comercial, contrariando assim os aspetos exteriores negativos.

Os Sistemas de Abastecimento e de Saneamento têm sido geridos de forma manifestamente satisfatória o que se traduz no número de reclamações insignificante.

Durante o ano de 2015 foram executados trabalhos de limpeza e desinfecção de todos os reservatórios em exploração do Sistema de Abastecimento de Água. Ao nível de intervenções em reservatórios refere-se ainda a requalificação do reservatório de Casais de Britos II, enquadrado no plano de manutenção de infraestruturas.

O crescente conhecimento dos Sistemas de Abastecimento tem permitido introduzir melhorias na sua performance ao nível de pressões e tempo de permanência nos reservatórios nos locais onde estes fatores eram mais críticos nomeadamente na Zona Industrial de Azambuja.

Em termos globais registou-se uma tendência de aumento na compra de água em alta face a 2014 em 135 879 m<sup>3</sup>, resultando numa aquisição total de 1 624 177 m<sup>3</sup>.

Relativamente a água não faturada, registou-se uma variação positiva face a 2014 resultado do impacto do ano hidrológico quente e seco num período de tempo alargado que potenciou o aumento de roturas na rede e os consumos fraudulentos.

Para mitigar o referido efeito intensificaram-se as ações de fiscalização conjuntas com técnicos municipais com a aplicação de penalização de consumos fraudulentos no combate às perdas comerciais e por outro lado efetuou-se no último trimestre de 2015 uma campanha de pesquisa ativa de fugas em toda a rede de abastecimento de água no combate às perdas físicas.

No capítulo de remodelações de rede, foram instaladas novas válvulas de seccionamento em nós da rede de abastecimento de água sendo ainda reformulado o circuito de abastecimento de Vale do Paraíso e Alcoentre

Relativamente à exploração da rede de drenagem de águas residuais domésticas têm sido desenvolvidos esforços conjuntos com o município no combate à afluência de caudais indevidos ao sistema de drenagem através de campanhas de fiscalização e sensibilização dos utilizadores.

Em termos do desempenho da rede de drenagem registou-se um reduzido número de obstruções resultado do programa de manutenção preventiva e limpeza de coletores, melhorando a qualidade de serviço prestada ao utilizador final.

A empresa continuou a sua política de renovação de contadores, adequando assim a idade e as condições de funcionamento do parque de contadores instalado, quer nos pequenos contadores domésticos, quer nos grandes consumidores com soluções tecnológicas distintas.

Do ponto de vista comercial procurámos melhorar o desempenho da empresa no principal veículo de relacionamento com os utilizadores, com a alteração da fatura adotando os mais recentes requisitos legais e recomendações da Entidade Reguladora, contendo ainda outras melhorias em resultado das sugestões dos nossos utilizadores, como por exemplo o aumento do tamanho da letra.

No que diz respeito ao atendimento presencial na loja salienta-se a redução do número de reclamações e a melhoria dos níveis de serviço no atendimento. Nesta área temos que agradecer o constante apoio dos órgãos institucionais de proximidade às populações, o município e as juntas de freguesia que sempre procuraram encontrar as melhores soluções.

Paralelamente a estas medidas, promovemos a renovação integral do sitio da empresa na internet potenciando assim a facilidade de comunicação com o Utilizador nesta plataforma.

Melhorámos igualmente a eficácia do controlo de cobranças, com melhoria da aplicação das condições regulamentares e contratuais por via de uma maior eficiência nos cortes e controlo dos clientes suspensos, mas também na criação de condições propícias ao pagamento dos valores em dívida. Esta política permite, apesar da conjuntura externa muito penalizadora, assegurar a manutenção dos níveis de dívida praticamente constante.

Apesar das condições restritivas internas, procurámos durante o ano de 2015 manter o envolvimento junto da comunidade, participando nas principais atividades festivas do concelho, de onde se destaca a Avinho, Tasquinhas de Manique e Alcoentre e Feira de maio de Azambuja.

Integrada em grupos de trabalho promovidos pela AQUAPOR em articulação com a Entidade Reguladora e o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, a Águas da Azambuja têm continuado a desenvolver as ferramentas operacionais associadas à Gestão Patrimonial de Infraestruturas e ao Plano de Segurança da Água e Gestão de Caudais Indevidos, acompanhando assim a evolução das melhores práticas do setor.

## DESEMPENHO DO SISTEMA

### Exploração do Sistema

Os Sistemas de Abastecimento e de Saneamento têm sido geridos de forma manifestamente satisfatória o que se traduz no número diminuto de reclamações, quer diretamente dos Utilizadores, quer através da Concedente como entidade fiscalizadora do cumprimento do Contrato de Concessão.

Em termos de qualidade da água distribuída, realça-se o integral cumprimento do número de análises e parâmetros previstos no Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) aprovado pela ERSAR. No âmbito do PCQA e para as 1 024 análises realizadas na rede de distribuição, não foi registado nenhum incumprimento.

De realçar a constante colaboração da Delegação Regional de Saúde no acompanhamento destes sistemas, o que tem permitido concertar estratégias no âmbito da qualidade da água através da articulação de todas as entidades intervenientes.

Em termos de rendimento do sistema de abastecimento, verificou-se um pior desempenho do sistema do sistema de abastecimento por via das características do ano hidrológico e do número de roturas de grande dimensão verificado em 2015. Importa referir a inversão desta tendência no último trimestre de 2015 por via das ações implementadas anteriormente referidas.

Volume de Água (m3)	2013	2014	2015	Variação (%)
Água Aduzida	1.597.991	1.488.298	1.624.177	9%
Água Vendida	1.232.886	1.149.999	1.190.668	4%
% Água não Vendida	23%	23%	27%	4,0 p.p.

Em 2015, face a 2014, registou-se uma compra de água superior em 135 879 m<sup>3</sup>.

### Plano de Investimentos / Novas Infraestruturas

Durante o ano de 2015 não entrou nenhum sistema em alta em funcionamento, encontrando-se pendentes de ligação redes de drenagem em baixa que já se encontram concluídas e prontas para entrar em exploração, nomeadamente Tagarro, Espinheira, Casais das Boiças, Arrifana, Casais de Alem e Torre Penalva.

Em termos de realização do Plano de Investimentos no ano de 2015 deu-se continuidade ao plano de renovação do parque de contadores garantindo assim uma idade média de 4,8 anos.

No capítulo de remodelações de rede, foram instaladas novas válvulas de seccionamento em nós da rede de abastecimento de água de Tagarro e Alcoentre. Foi reformulado o circuito de abastecimento de Vale do Paraíso, com o objetivo de melhorar as condições de abastecimento de água e estabilizar as pressões. Foram ainda substituídas as válvulas e remodelados os circuitos hidráulicos do reservatório de Alcoentre.

Durante o primeiro trimestre foi realizado o arranque da Estação Elevatória de Tagarro, a qual aguarda a correção do circuito de descarga de emergência por parte do Município.

No capítulo da telegestão durante o ano de 2015 registou-se a necessidade de adequar os equipamentos de telemetria ao novo funcionamento dos sistemas.

No quadro seguinte é feito um resumo das obras previstas no Plano de Investimentos inicial da Águas da Azambuja.

Plano de Investimentos	2012		2013		2014		2015	
	% Execução	Situação	% Execução	Situação	% Execução	Situação	% Execução	Situação
Projectos				(1)		(1)		(1)
FA01				(2)		(2)		(2)
FA02		concluído	100%	concluído	100%	concluído		concluído
FA03	100%	concluído	100%	concluído	100%	concluído		concluído
FA04			8%	(3)	8%	(3)	8%	
FA05		concluído		concluído		concluído		concluído
FA06		concluído		concluído		concluído		concluído
FA07	100%	concluído		concluído		concluído		concluído
FA08		concluído		concluído		concluído		concluído
FA09		concluído		concluído		concluído		concluído
FA10		concluído		concluído		concluído		concluído
FA11				(1)		(1)		
FB01		concluído		concluído		concluído		concluído
FB02		concluído		concluído		concluído		concluído
FB03		concluído		concluído		concluído		concluído
FB04		concluído		concluído		concluído		concluído
FB05		concluído		concluído		concluído		concluído
FB06	98%	em curso	2%	concluído		concluído		concluído
FB07		concluído		concluído		concluído		concluído
FB08		concluído		concluído		concluído		concluído
FB09		concluído		concluído		concluído		concluído
FB11	100%	concluído		concluído		concluído		concluído
FB12	100%	concluído		concluído		concluído		concluído
FB13	100%	concluído		concluído		concluído		concluído
FB14		concluído		concluído		concluído		concluído
FB15	98%	em curso	2%	concluído		concluído		concluído
FB16	100%	concluído		concluído		concluído		concluído
FB18		concluído		concluído		concluído		concluído
FB18 2ª Fase				(4)		(4)		
FARs		concluído		concluído		concluído		concluído
1ª Aditamento FARs		concluído		concluído		concluído		concluído
Rede Agua Vale do Brejo	100%	concluído		concluído		concluído		concluído
Estações Elevatórias Vale do Brejo			80%	em curso	20%	concluído		concluído
Telegestão	50%	em curso	100%	em ensaios	100%	em ensaios		em ensaios

(1) Projeto FA01 e FA11: aguarda definição final do ponto de entrega EPAL / ADO

(2) Depende da definição do Sistema em alta por A.D.O. / CMAz

(3) Pendente de Autorização da D.G.F. até Abril

(4) Dependente da Ligação de Casais de Baixo por A.D.O. Até Janeiro 2014

## Manutenção do Sistema

As principais atividades de manutenção preventiva e curativa dos sistemas de abastecimento e saneamento foram asseguradas através de contrato de prestação de serviços com entidades externas:

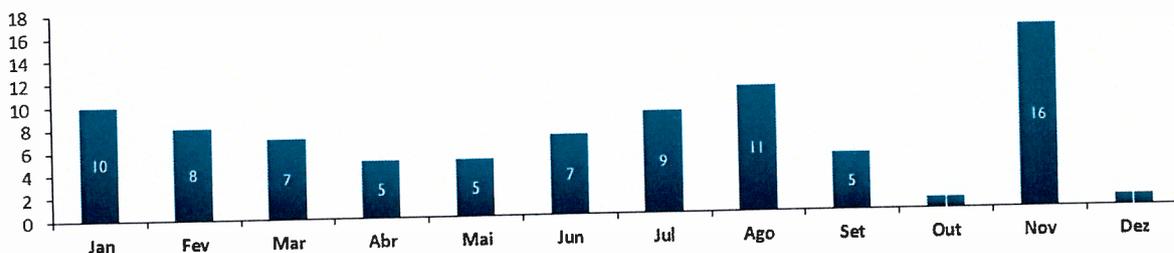
- Luságua – Serviços Ambientais S.A.: manutenção dos sistemas eletromecânicos;
- Pragosa Ambiente, S.A.: despejo de fossas e a limpeza desobstrução de coletores;
- Paulo Bento Construções: manutenção da rede de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais.
- Aqualongo: deteção ativa de perdas de água

Em termos de manutenção corretiva no sistema de abastecimento de água é de destacar o aumento da reparação de roturas na rede pública de abastecimento de água e em ramais que passou das 70 intervenções em 2014 para 85 em 2015. Importante referir que das 16 roturas registadas em novembro, 8 resultaram da pesquisa ativa de perdas levado a cabo pela Empresa, o que permitiu intervir antes de ocorrer colapso estrutural das condutas. De salientar ainda as roturas de grande dimensão verificadas no eixo Casais da Lagoa / Aveiras de Cima verificadas em julho e agosto.

Em resumo, e excluindo as roturas reparadas via deteção ativa de perdas, registou-se um aumento de 7 intervenções face a 2014.

2015	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
nº de roturas na rede	10	8	7	5	5	7	9	11	5	1	16	1	85

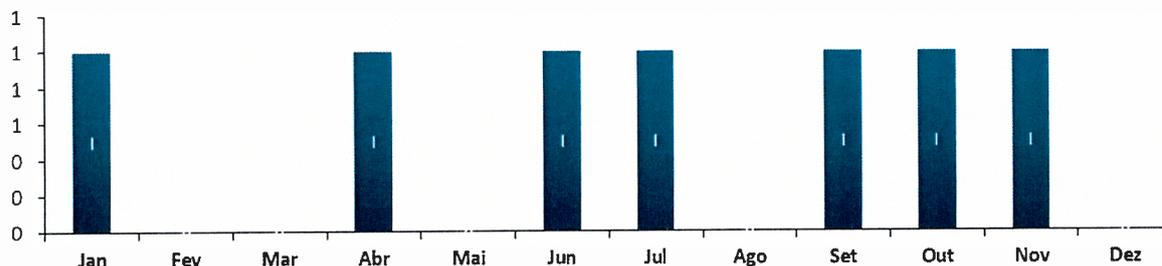
Roturas durante o ano de 2015



Relativamente à rede de saneamento, verificaram-se 7 obstruções em coletores em 2015, face às 20 registadas no ano 2014. Esta variação resultou essencialmente do efeito da manutenção preventiva na rede de drenagem, e do ano seco com poucos períodos de precipitação intensa com impacto direto na sobrecarga dos coletores domésticos via caudais indevidos.

2015	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
nº de obstruções na rede	1	0	0	1	0	1	1	0	1	1	1	0	7

### Obstruções durante o ano de 2015



Relativamente à limpeza de fossas, foram asseguradas 251 limpezas de fossas sépticas, registando-se uma redução face a 2014 de 6,7%, quer por via da maior cobertura do serviço, quer pelas características do ano hidrológico.

### Sistema de Controlo de Qualidade

Foi integralmente cumprido o programa de controlo analítico da Qualidade da Água (decreto-lei n.º 306/2007). Foram efetuadas 1024 determinações analíticas distribuídas pelo conjunto de parâmetros de Controlo de Rotina I, Controlo de Rotina II e Controlo de Inspeção, não tendo sido identificado qualquer determinação não conforme com origem no sistema em alta.

### Imagem e comunicação

Em 2015 a Empresa reestruturou o seu website num trabalho desenvolvido no Grupo Aquapor, com o objetivo de uniformizar e reforçar a imagem da empresa.

Esta remodelação para além de conferir um design moderno e atual, permitiu reforçar a segurança na sua utilização garantindo uma maior flexibilidade na divulgação de informação tendo sido construídas plataformas de comunicação com a empresa que permitem uma interação mais fácil e rápida, melhorando substancialmente o conforto dos nossos utilizadores.



Foram efetuadas campanhas de divulgação e esclarecimentos a clientes nomeadamente na interpretação da nova fatura mensal.

No âmbito da participação da Empresa em projetos de solidariedade foi estabelecido um protocolo com a Associação de Solidariedade Social Casa do Pombal, uma IPSS com sede na freguesia de Aveiras de Cima através de uma parceria conjunta iniciada em julho de 2015.

Nessa parceria a Águas da Azambuja promove durante um ano uma campanha de adesão ao débito direto e fatura eletrónica no âmbito da sua atividade comercial corrente, com o propósito de redução do impacto ambiental que a emissão de faturas provoca, a redução dos custos associados com a faturação e cobrança e potenciar a comodidade dos utilizadores partilhando esse benefício com a Casa do Pombal sob a forma de donativo.



## Área Comercial

Em 2015 a Empresa aumentou o número de clientes de abastecimento de água em 12 face a 2014 resultado em grande parte das campanhas de identificação de locais de consumo sem ligação à rede pública, mitigando assim a tendência de decréscimo resultado da situação socioeconómica do país.

A Empresa aumentou o número de clientes de saneamento em 6 novos contratos. No final do ano de 2015, a empresa tinha um total de 9 898 clientes de abastecimento, dos quais 7 593 com serviço de saneamento. A Águas da Azambuja vai continuar a desenvolver ações de fiscalização no sentido de identificar, detetar e anular utilizações abusivas e consumos de origens próprias ilegais.



Durante o exercício de 2015 foram executados 19 ramais de água e 15 de saneamento (fora do Plano de Investimentos).

A Águas da Azambuja durante o ano de 2015 celebrou 497 contratos novos de fornecimento de água associados em grande parte devido ao mercado de aluguer de habitação e mudança do consumidor.

## Baixas de Fornecimento

No decurso do ano 2015, a Águas da Azambuja registou 485 rescisões de contrato de fornecimento, resultando relativamente ao movimento de contratos num aumento de 12 contratos.

## Suspensões de fornecimento

Relativamente ao controlo de cobranças, resultaram, em 2015, 407 suspensões no fornecimento.

## Campanha de Substituição de Contadores Antigos

Relativamente a atividade de contadores refere-se uma idade média do parque de contadores de 4,8 anos permitindo assim em 2015 uma normal atividade de substituição, perfazendo um total de 350 contadores.

(em euros)

Vendas e Prestações de Serviços	2013	2014	2015
Venda de Água	1.601.966	1.457.900	1.528.857
Tarifa de Disponibilidade	678.403	694.447	706.935
<b>Total Vendas + Tarifa</b>	<b>2.280.369</b>	<b>2.152.347</b>	<b>2.235.792</b>
Tarifa de Utilização de Saneamento	432.057	428.199	444.299
Ramais Domiciliários (Água)	10.220	8.550	20.385
Ramais Domiciliários (Saneamento)	15.234	2.364	22.310
Outros Serviços	93.065	103.060	97.176
<b>Total das Prestações de Serviços</b>	<b>550.576</b>	<b>542.174</b>	<b>584.171</b>
<b>Total de Volume de Negócios</b>	<b>2.830.945</b>	<b>2.694.521</b>	<b>2.819.963</b>

Em termos de faturação, a empresa atingiu um volume de vendas de 2 819 963 Euros.

Venda Água -Classe de Consumo	Volume Vendido (m <sup>3</sup> )	Peso no Total (% m <sup>3</sup> )	Vendas (€)	Peso s/Total	Tarifa de Disponibilidade (€)	Peso s/Total	Tarifa Média (€/m <sup>3</sup> )	Nº de Clientes em condições a faturar	Peso s/Total
<b>Doméstico</b>	<b>748.977</b>	<b>63,8%</b>	<b>814.368</b>	<b>53,3%</b>					
1º Escalão	389.013				567.122	80,2%	1,09	8.568	86,6%
2º Escalão	306.052								
3º Escalão	38.377								
4º Escalão	15.535								
<b>Comércio e Indústria</b>	<b>238.197</b>	<b>20,3%</b>	<b>551.190</b>	<b>36,1%</b>					
1º Escalão	87.483				87.639	12,4%	2,31	887	9,0%
2º Escalão	150.714								
Obras	8.000	0,7%	16.878	1,1%	8.252	1,2%	2,11	114	1,2%
Inst. Privadas de Benef, Cult, Despor e de Int. Público	35.809	3,0%	24.068	1,6%	8.408	1,2%	0,67	101	1,0%
Estado e de outras pessoas colect. de Direito Público	8.501	0,7%	18.058	1,2%	5.756	0,8%	2,12	18	0,2%
Autarquias da área do Município	86.975	7,4%	67.115	4,4%	29.758	4,2%	0,77	209	2,1%
Autarquias Limitrofes	47.763	4,1%	37.180	2,4%	0	0,0%	0,78	1	0,0%
<b>Total</b>	<b>1.174.222</b>		<b>1.528.857</b>		<b>706.935</b>			<b>9.898</b>	

Os clientes Domésticos têm um peso de 86,6% no conjunto total de contratos existentes em condições de faturar, seguidos dos clientes de Comércio/Indústria com um peso de 9,0%. No entanto quando

comparado os rendimentos, o peso do Comércio e Indústria ascende a 36,1% reduzindo o peso doméstico para 53,3%.

Em média, foram faturados cerca de 9,89 m<sup>3</sup> por consumidor e por mês. Em termos de consumidores domésticos, foram faturados em média 7,92 m<sup>3</sup> por consumidor e por mês.

### Formas de Pagamento:

Em termos de formas de pagamento, os meios automáticos representam já cerca de 79% da escolha dos nossos Clientes mantendo assim o valor registado em 2014.

Apesar da fraca adesão à fatura eletrónica registou-se em 2015 um aumento de 32% face a 2014 totalizando 297 clientes.

Modalidade de Pagamento	2013		Peso (Quant)	2014		Peso (Quant)	2015		Peso (Quant)
	Quant.	Euros		Quant.	Euros		Quant.	Euros	
Loja	25.471	1.025.558	26%	23.571	840.045	21%	24.476	911.726	21%
Débito em Conta	38.019	1.440.798	32%	38.326	1.483.602	34%	38.186	1.451.468	33%
Payshop	10.007	212.594	9%	9.648	202.088	9%	7.103	146.417	6%
Multibanco	38.836	1.086.800	33%	40.427	1.125.095	36%	44.581	1.198.916	39%
Balcão EDP	55	872	0%	40	592	0%	2	20	0%
Megarede	0	0	0%	0	0	0%	0	0	0%
<b>Total</b>	<b>112.388</b>	<b>3.766.622</b>	<b>100%</b>	<b>112.012</b>	<b>3.651.423</b>	<b>100%</b>	<b>114.348</b>	<b>3.708.545</b>	<b>100%</b>

## ORGANIZAÇÃO, PROCESSOS E SISTEMAS

### Organização e Processos

No que respeita aos aspetos organizacionais e de procedimentos, a empresa encontra-se estabilizada no modelo estabelecido para a gestão e manutenção das infraestruturas de água e águas residuais, em conjunto com a fiscalização e acompanhamento das Obras que fazem parte do Plano de Investimentos.

A este respeito, salientamos novamente o trabalho desenvolvido ao nível do cadastro técnico e comercial, que permite um nível de conhecimento das infraestruturas e dos utilizadores muito superior. Em termos gerais, a Concessão engloba 9 898 contratos ativos a 31 dezembro de 2015 distribuídos por uma área territorial de cerca de 262 km<sup>2</sup>, servidos, em baixa, por:

Infra-estruturas	nº/ km
Reservatórios	16
Estações Elevatórias de Abastecimento	10
Estações Elevatórias de Águas Residuais	16
Rede de Abastecimento de Água	282
Rede de Saneamento	140

## Relações com o Concedente e com outros interessados no desempenho da Sociedade

O relacionamento entre a empresa e o Município de Azambuja tem sido positivo e de grande proximidade permitindo ultrapassar as situações decorrentes do normal funcionamento e atribuição da Concessão, tanto a nível da operação das infraestruturas, como no relacionamento com os clientes e com as outras entidades interessadas.

A este nível é de realçar o contacto próximo com as Juntas de Freguesia, a empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo, a Administração da Região Hidrográfica do Tejo, Direção Regional de Saúde/ Delegada de Saúde e Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

## ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA

### NOTA INTRODUTÓRIA:

A análise económica e financeira que se apresenta de seguida sintetiza os resultados alcançados pela Águas da Azambuja, S.A., no exercício de 2015, bem como a situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2015.

A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas a este relatório.

### ANÁLISE DE GASTOS E RENDIMENTOS

A empresa registou, no ano de 2015, um resultado líquido de 131.017 euros.

(em euros)

Demonstração dos Resultados	2013	2014	2015	Var. %
Vendas	2.280.369	2.152.347	2.235.793	4%
Prestações de Serviços	550.576	542.174	584.171	8%
<b>Volume de Negócios</b>	<b>2.830.945</b>	<b>2.694.521</b>	<b>2.819.963</b>	<b>5%</b>
CMVMC	1.022.106	974.745	1.005.069	3%
Fornecimentos e Serviços Externos	1.627.122	1.325.489	1.093.295	-18%
Gastos com o Pessoal	210.857	192.421	204.264	6%
Outros Resultados Operacionais	26.903	20.569	10.324	-50%
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)</b>	<b>(2.238)</b>	<b>222.435</b>	<b>527.660</b>	<b>137%</b>
Amortizações	126.182	124.918	130.614	5%
<b>Resultado operacional (RO)</b>	<b>(128.420)</b>	<b>97.517</b>	<b>397.046</b>	<b>307%</b>
Resultados Financeiros	(438.321)	(355.959)	(257.443)	28%
<b>Resultados Antes de Impostos</b>	<b>(566.738)</b>	<b>(258.441)</b>	<b>139.603</b>	<b>154%</b>
Imposto Sobre o Rendimento	(1.001)	(1.076)	8.586	898%
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>(565.739)</b>	<b>(257.365)</b>	<b>131.017</b>	<b>151%</b>

(em euros)

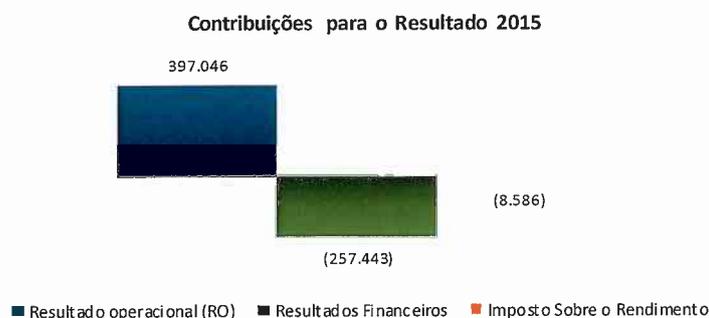
	2013	2014	2015	Var. %
<b>EBITDA Ajustado (Cash-Flow Operacional)</b>	<b>(4.493)</b>	<b>241.293</b>	<b>525.850</b>	<b>117,9%</b>
Margem EBITDA	-0,16%	8,95%	18,65%	9,7 p.p.
<b>EBIT (Resultado Operacional)</b>	<b>(128.420)</b>	<b>97.517</b>	<b>397.046</b>	<b>307,2%</b>
Margem EBIT	-4,54%	3,62%	14,08%	10,5 p.p.

EBITDA Ajustado = Resultado Operacional + Amortizações - Provisões - Imparidades

Margem EBITDA Ajustado = EBITDA Ajustado / Volume de Negócios

Margem EBIT = EBIT / Volume de Negócios

O Resultado Líquido obtido teve como principais contribuidores:



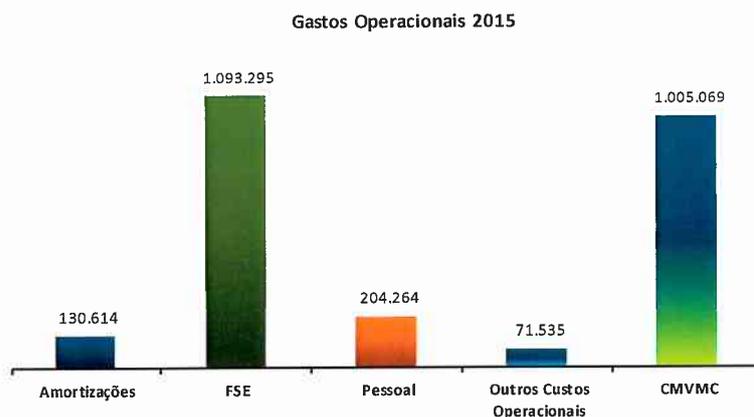
O resultado financeiro contribuiu negativamente para o resultado alcançado.

### EBIT (Resultado Operacional)

O EBIT (Resultado Operacional) registou um resultado positivo de 397.046 euros. Os rendimentos operacionais no montante total de 2.901.823 euros superaram os gastos operacionais que atingiram os 2.504.777 euros

O volume de negócios aumentou 4,7% essencialmente por via de aumento de volume de água vendida.

Relativamente aos Gastos Operacionais temos a seguinte decomposição:



Os **Fornecimentos e Serviços Externos** reduziram 18% essencialmente por via dos gastos com o tratamento dos efluentes em consequência da redução em 33% do volume entregue à Águas do Oeste.

A variação positiva de 3% verificada na rubrica de **CMVMC** justifica-se pelo aumento de 9% no volume de água comprada.

A rubrica de **Outros Resultados Operacionais** diminuiu 50% pela redução de rendimentos superior à redução de outros gastos operacionais.

### Resultado Financeiro

A vertente financeira registou uma melhoria de 28% com um resultado negativo de 257.443 mil euros, explicado pela redução de juros de Mlp suportados.

### **Análise do Balanço**

(em euros)

Balanço	2013	2014	2015	Var. %
<b>Ativo</b>				
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	5.169.483	5.123.380	5.020.185	-2%
Outros	47.747	14.212	0	
<b>Total dos Ativos não Correntes</b>	<b>5.217.230</b>	<b>5.137.592</b>	<b>5.020.185</b>	<b>-2%</b>
Contas a Receber	644.096	614.851	715.102	16%
Diferimentos	60.510	39.637	50.620	28%
Outros	1.658.402	1.559.948	1.697.026	9%
<b>Total dos Ativos Correntes</b>	<b>2.363.008</b>	<b>2.214.436</b>	<b>2.462.748</b>	<b>11%</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>7.580.238</b>	<b>7.352.028</b>	<b>7.482.933</b>	<b>2%</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>				
<b>Capital Próprio</b>	<b>27.942</b>	<b>74.321</b>	<b>254.291</b>	<b>242%</b>
Financiamentos Obtidos	4.141.977	3.954.550	3.913.713	-1%
Accionistas	492.500	492.500	492.500	0%
Contas a Pagar	555.203	533.665	509.033	-5%
Outros	463.854	331.600	260.145	-22%
<b>Total dos Passivos não Correntes</b>	<b>5.653.533</b>	<b>5.312.315</b>	<b>5.175.391</b>	<b>-3%</b>
Contas a Pagar	1.898.761	1.881.976	1.910.252	2%
Financiamentos Obtidos	0	83.416	142.999	71%
<b>Total dos Passivos Correntes</b>	<b>1.898.761</b>	<b>1.965.392</b>	<b>2.053.251</b>	<b>4%</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>7.552.295</b>	<b>7.277.707</b>	<b>7.228.642</b>	<b>-1%</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>	<b>7.580.238</b>	<b>7.352.028</b>	<b>7.482.933</b>	<b>2%</b>

O total do **Ativo** atingiu, no final de 2015, o montante de 7.483 mil euros, valor superior em 2% ao registado no final de 2014.

Os **Ativos não Correntes** reduzem essencialmente pelas amortizações do período e anulação dos impostos diferidos.

Os **Ativos Correntes** aumentam pela dívida de clientes e pelo aumento das disponibilidades.

O **Capital Próprio** aumenta por via do resultado positivo verificado em 2015 e pela anulação do efeito do valor do instrumento de cobertura (SWAP)

Os **Passivos não Correntes** apresentam no final de 2015, o montante de 5.175 mil euros, valor inferior em 3% ao registado no final de 2014 por via da anulação do efeito swap.

A variação verificada nos **Passivos Correntes** resulta essencialmente dos reembolsos do financiamento junto da CGD B e do aumento da dívida referente à taxa municipal de RSU para com o município.

### Indicadores

Os indicadores revelam o impacto do resultado líquido positivo registado em 2015.

Indicadores	2013	2014	2015	Var. p.p.
Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	(2024,7%)	(346,3%)	51,5%	397,8 p.p.
Rentabilidade do Ativo (%)	(7,5%)	(3,5%)	1,8%	5,3 p.p.
Autonomia Financeira (%)	0,4%	1,0%	3,4%	2,4 p.p.
Solvabilidade (%)	0,4%	1,0%	3,5%	2,5 p.p.

p.p. - pontos percentuais

## PERSPETIVAS PARA O FUTURO

Para o ano de 2016 foram estabelecidas as seguintes linhas fundamentais de orientação da atividade da empresa:

- Conclusão das Obras previstas no Plano de Investimento, assegurado que estejam as condições de financiamento, os licenciamentos necessários e a definição dos sistemas na sua interligação alta/baixa;
- Continuidade na melhoria do desempenho operacional da rede de abastecimento de água com a consequente redução do volume de água perdida e do volume de água comprada;
- Continuidade na melhoria do desempenho operacional da rede de drenagem de águas residuais domésticas por via da redução e controlo de afluências indevidas;
- Otimização do Plano de Manutenção Preventiva da Infraestruturas;
- Implementação de um sistema de informação geográfica
- Operação do Sistema de Telegestão.

Numa análise de riscos e incertezas relacionados com acontecimentos ou condições que possam afetar significativamente a situação da Águas da Azambuja, referenciamos:

- Posicionamento da Concessionária do Sistema Multimunicipal;
- Evolução das taxas de juro e variações dos preços de energia e combustíveis;
- Retração de consumos e utilização de captações próprias;
- Entrada em vigor do Primeiro Aditamento ao Contrato de Concessão;
- Regularização da utilização das facilidades de desembolso garantidas pelo Contrato de Financiamento;
- Evolução legislativa para o setor, incluindo a reversão da reestruturação dos sistemas multimunicipais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2015, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

- Os Colaboradores de Águas da Azambuja, pelo seu notável sentido de serviço e de missão que colocam nas suas atividades diárias;
- A Entidade Concedente – Câmara Municipal de Azambuja;
- Os Acionistas AQUAPOR - Serviços, SA, e ECOBREJO – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A. pelo interesse, disponibilidade e apoio reiteradamente demonstrados no acompanhamento da empresa;
- A Entidade Reguladora pelo suporte e contributo para o desempenho da Concessionária;
- Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;
- Os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração;
- O Revisor Oficial de Contas e o Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deram prova no seguimento das atividades da empresa;
- Os Membros da Mesa da Assembleia Geral, pelo empenho posto no exercício das suas funções.

## OUTRAS INFORMAÇÕES

Nos termos do disposto no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais importa referir o seguinte:

- Não existem factos relevantes ocorridos após o fecho do exercício de 2015;
- Não foram adquiridas ou alienadas ações próprias durante o exercício;
- Não houve qualquer negócio entre a sociedade e os seus Administradores no exercício de 2015;
- A sociedade não tem sucursais.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

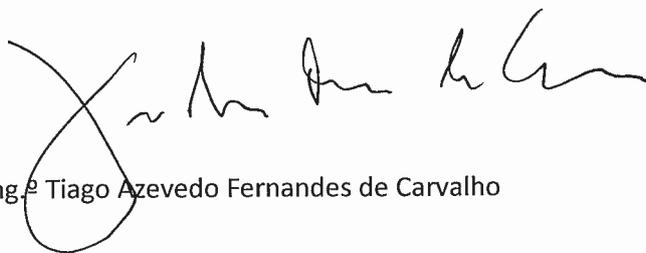
O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2015, no montante de 131.017 euros, tenha a seguinte distribuição:

- Um montante de 6.550 euros, correspondentes a 5% do resultado, para reforço da Reserva Legal;
- A importância sobrança, no valor de 124.467 euros para Resultados Transitados.

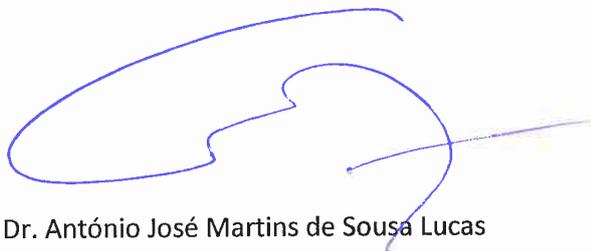
### O Conselho de Administração



Eng.º Paulo Jorge Almeida Oliveira



Eng.º Tiago Azevedo Fernandes de Carvalho



Dr. António José Martins de Sousa Lucas

Azambuja, 28 de março de 2016

## CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2015 E RESPECTIVO ANEXO

Águas da Azambuja, S.A.

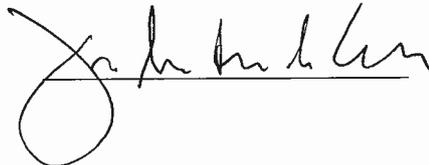
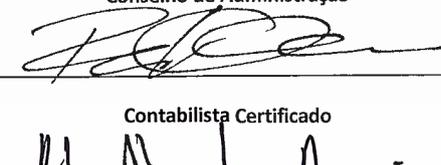
**BALANÇO**

Período findo em 31 de dezembro de 2015

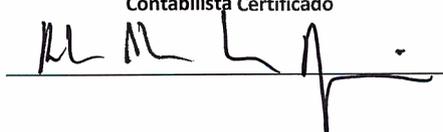
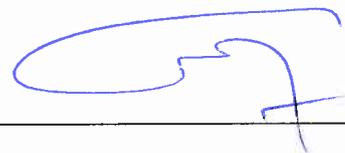
Quantias em Euros

	Notas	31-12-2015	31-12-2014
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo Não Corrente</b>			
Ativos Fixos Tangíveis	8	32.178	43.482
Ativos Intangíveis	7	4.988.006	5.079.898
Ativos por Impostos Diferidos	12	-	14.212
		5.020.185	5.137.592
<b>Ativo Corrente</b>			
Inventários	9	44.032	46.167
Clientes	13	558.050	446.242
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	14.822	21.825
Acionistas/Sócios	13.6	917.500	917.500
Outras Contas a Receber	13.2	142.230	146.783
Diferimentos	15.2	50.620	39.637
Caixa e Depósitos bancários	4	735.494	596.281
		2.462.748	2.214.436
<b>Total do Ativo</b>		<b>7.482.933</b>	<b>7.352.028</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>			
<b>Capital Próprio</b>			
Capital	13.8	50.000	50.000
Outros Instrumentos de Capital Próprio	13	1.895.000	1.895.000
Resultados Transitados	15.3	(1.821.726)	(1.564.361)
Ajustamentos em Ativos Financeiros	13.7	-	(48.953)
Resultados Líquidos do Período	15.3	131.017	(257.366)
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>254.291</b>	<b>74.320</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo Não Corrente</b>			
Provisões	11	260.145	268.434
Financiamentos Obtidos	13.5	3.913.713	3.954.550
Acionistas/Sócios	13.6	492.500	492.500
Outros Passivos Financeiros	13.7	-	63.166
Outras Contas a Pagar	13.4	509.033	533.665
		5.175.391	5.312.315
<b>Passivo Corrente</b>			
Fornecedores	13.3	1.527.416	1.409.694
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	8.882	5.530
Financiamentos Obtidos	13.5	142.999	83.416
Outras Contas a Pagar	13.4	373.955	466.753
		2.053.251	1.965.392
<b>Total do Passivo</b>		<b>7.228.642</b>	<b>7.277.708</b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>		<b>7.482.933</b>	<b>7.352.028</b>

Conselho de Administração

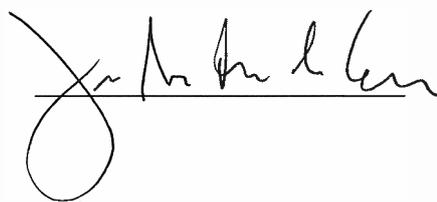



Contabilista Certificado

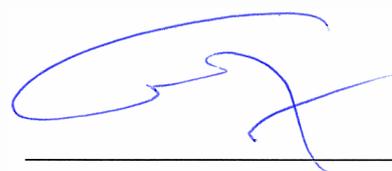



Águas da Azambuja, S.A.  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA**  
 Período findo em 31 de dezembro de 2015

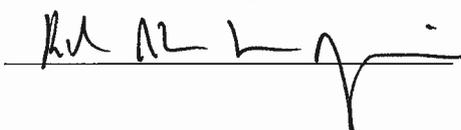
		Quantias em Euros	
	Notas	31-12-2015	31-12-2014
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>			
Vendas e Serviços prestados	10	2.819.963	2.694.521
Trabalhos para a Própria Entidade	15.10	24.547	49.120
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	9	(1.005.069)	(974.745)
Fornecimentos e Serviços externos	15.4	(1.093.295)	(1.325.489)
Gastos com o Pessoal	14	(204.264)	(192.421)
Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões)	13.1	(19.597)	(20.631)
Provisões (Aumentos/Reduções)	11	21.407	1.772
Outros Rendimentos e Ganhos	15.5	35.906	37.713
Outros Gastos e Perdas	15.6	(51.939)	(47.405)
<b>Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos</b>		<b>527.660</b>	<b>222.435</b>
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	15.7	(130.614)	(124.918)
<b>Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento e Impostos)</b>		<b>397.046</b>	<b>97.517</b>
Juros e Rendimentos similares obtidos	15.8	4.617	5.370
Juros e Gastos similares suportados	15.9	(262.061)	(361.329)
<b>Resultado antes de Impostos</b>		<b>139.603</b>	<b>(258.441)</b>
Impostos sobre o Rendimento do Período	12	(8.586)	1.076
<b>Resultado Líquido do Período</b>		<b>131.017</b>	<b>(257.366)</b>



Conselho de Administração

Contabilista Certificado



Águas da Azambuja, S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**

Período findo em 31 de dezembro de 2015

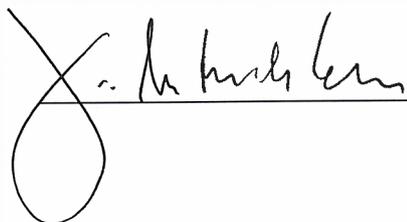
Descrição	Quantias em Euros					
	Capital Realizado	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos e Passivos Financeiros	Resultado Líquido do Período	Total de Capital Próprio
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014</b>	50.000	1.675.000	(998.622)	(132.697)	(565.739)	27.942
<b>APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b>						
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados	-	-	(565.739)	-	565.739	-
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>						
Outras alterações reconhecidas no Capital Próprio	-	-	-	83.744	-	83.744
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>						
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>						
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>						
Prestações suplementares	-	220.000	-	-	-	220.000
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2014</b>	50.000	1.895.000	(1.564.361)	(48.953)	(257.366)	74.320
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015</b>	50.000	1.895.000	(1.564.361)	(48.953)	(257.366)	74.320
<b>APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b>						
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados	-	-	(257.366)	-	257.366	-
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>						
Outras alterações reconhecidas no Capital Próprio	-	-	-	48.953	-	48.953
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>						
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>						
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>						
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2015</b>	50.000	1.895.000	(1.821.726)	0	131.017	254.291

Conselho de Administração

Contabilista Certificado

Águas da Azambuja, S.A.  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
 Período findo em 31 de dezembro de 2015

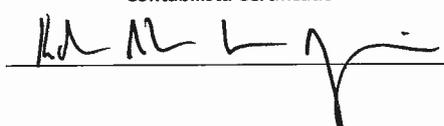
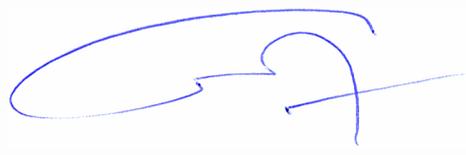
	Quantias em Euros	
	31-12-2015	31-12-2014
<u>Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto</u>		
Recebimentos de Clientes	3.647.434	3.589.092
Pagamentos a Fornecedores	(3.003.633)	(3.295.726)
Pagamentos ao Pessoal	(195.076)	(186.877)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>448.725</b>	<b>106.489</b>
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento	(1.285)	(3.437)
Outros recebimentos / pagamentos	(62.529)	(13.259)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)</b>	<b>384.910</b>	<b>89.793</b>
<u>Fluxo de caixa das atividades de investimento</u>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Ativos Fixos Tangíveis	(504)	(3.090)
Ativos Intangíveis	(23.677)	(10.181)
	<b>(24.181)</b>	<b>(13.271)</b>
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Juros e rendimentos similares	444	1.188
	<b>444</b>	<b>1.188</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)</b>	<b>(23.737)</b>	<b>(12.083)</b>
<u>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</u>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	320.000
	-	<b>320.000</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos	(83.411)	(131.172)
Juros e gastos similares	(138.548)	(255.708)
	<b>(221.959)</b>	<b>(386.879)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)</b>	<b>(221.959)</b>	<b>(66.879)</b>
<b>Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>139.213</b>	<b>10.831</b>
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	596.281	585.450
Caixa e seus equivalentes no fim do período	735.494	596.281



Conselho de Administração



Contabilista Certificado



Águas da Azambuja, S.A.

## Exercício findo em 31 de dezembro de 2015

ANEXO

(Quantias estão expressas em Euros  
exceto quando expressamente indicado de outra forma)

### 1. Identificação da Entidade

A Águas da Azambuja, S.A. é uma sociedade anónima constituída em 10 de março de 2009, em resultado da adjudicação do Concurso Público Internacional lançado pelo Município de Azambuja em abril de 2007, que tem por objeto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água e de recolha e de rejeição de águas residuais em sistemas unitários e separativos na área do Município de Azambuja.

A Empresa tem a sua sede na Rua Teodoro José Silva – Edifício Atrium Azambuja, 37 – Azambuja, Portugal. O capital da Empresa é detido maioritariamente pela Aquapor – Serviços, S.A. (74,98%), com sede em Lisboa. O restante capital é distribuído da seguinte forma:

- Ecobrejo – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A. - 24,99%;
- Luságua – Serviços Ambientais, S.A. - 0,01%;
- Luságua Alcanena – Gestão de Águas, S.A. - 0,01%;
- Pragosa Ambiente, S.A. - 0,01%.

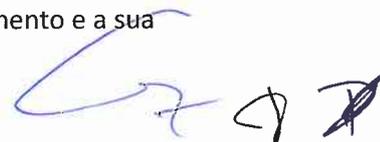
#### Atividade Concessionada

Em 11 de maio de 2009 foi celebrado o Contrato de Concessão entre o Município de Azambuja e a Águas da Azambuja, S.A., pelo prazo de 30 anos e mediante uma renda total de 1.015.725 Euros. Após a assinatura do Contrato, e durante um período de 60 dias, decorreu o designado “Período de Transição” onde se procedeu ao diagnóstico e reconhecimento do funcionamento dos Serviços Municipais.

O arranque da fase de exploração (Período de Funcionamento Normal), teve início no dia 11 de julho de 2009. Após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa do sistema municipal passou para a Águas da Azambuja.

Nos termos do Contrato, a propriedade de todos os bens, infraestruturas, instalações e equipamentos (com exceção dos stocks de consumíveis e substituíveis do equipamento básico, do equipamento de transporte, do equipamento administrativo e das ferramentas utensílios integrados nos Sistemas e ou afetos), reverterão para o Concedente no final do contrato sem qualquer encargo para este, e em perfeito estado de funcionamento e manutenção, tendo como consideração o desgaste decorrente dos anos de serviço efetuado.

No início desta concessão, parte das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços objeto do contrato de concessão já existia e são propriedade da Concedente. Adicionalmente, a Empresa tem a obrigação de realizar todas as obras necessárias à execução do plano de investimento e a sua





exploração, nomeadamente os planos de abastecimento de águas (3.731.384 Euros) e saneamento de águas residuais (3.307.339 Euros).

De acordo com contrato de concessão, estas infraestruturas estão à disposição da Concessionária para os fins da concessão. Dado que a Empresa não controla estes bens (não pode alienar, onerar ou transferir) e não pagou diretamente pelos mesmos, estes ativos não são registados no Balanço da Empresa. A Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras, um ativo intangível relacionado com o direito de utilização destas infraestruturas.

Também o valor das rendas fixas definidas para pagamento do uso destes ativos assim como o direito de explorar a concessão, qualificam para reconhecimento como parte do ativo intangível a reconhecer no início da concessão e que constitui o direito de explorar a concessão. Estas rendas terão os seguintes valores: 1º ano: 208.782 Euros; 2º ano: 104.391 Euros; 3º ano: 83.512 Euros; 4º ano: 62.635 Euros; 5º ano e seguintes: 21.400 Euros (montantes que serão atualizados anualmente com base no IPC).

Em junho de 2011 foi apresentado ao Município um pedido de reequilíbrio da Concessão por força de alterações legislativas significativas, nomeadamente a publicação do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, cujo prazo de adaptação terminou a 20 de agosto 2012, e de condicionantes várias relativamente ao Caso Base anexo ao Contrato de Concessão. Este pedido resultou num processo negocial mais alargado de revisão do Contrato de Concessão iniciado em janeiro de 2012 e que culminou em dezembro de 2012 na estabilização da Minuta de Aditamento e no seu envio à Entidade Reguladora em fevereiro de 2013 para a obtenção de parecer.

Com base no Parecer da ERSAR de abril de 2015, foi aprovado nos diferentes órgãos autárquicos em julho de 2015 o Primeiro Aditamento ao Contrato de Concessão. O processo de aprovação do Aditamento carece ainda do consentimento da Entidade Financiadora do Projeto, processo em curso, e da emissão de visto por parte do Tribunal de Contas, processo consequente e que permite concluir as necessárias autorizações. É expectativa da Sociedade que este processo seja concluído no decorrer de 2016.

## 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A Empresa faz o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

As demonstrações financeiras de 2015 foram preparadas usando princípios contabilísticos consistentes com o ano anterior, pelo que não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016. Da aplicação dessas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Empresa.





### 3. Políticas contabilísticas

#### 3.1 Principais políticas contabilísticas

A Empresa adotou o disposto nas NCRF, e supletivamente adotou o disposto na IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços e da SIC 29 – Divulgação – Acordos de Concessão de Serviços. A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos acordos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo que tem sobre os ativos da concessão.

No âmbito da atividade concessionada, a Empresa reconheceu um ativo intangível que corresponde ao direito de utilização e de exploração das infraestruturas cedidas pelo Concedente.

Embora seja da responsabilidade da Empresa financiar a sua construção das infraestruturas, uma vez que todos os bens se destinam a integrar a concessão e passam a estar automaticamente sujeitos às cláusulas de intransmissibilidade e reversão dos ativos, não se consideram ativos controlados pela Empresa, pelo que não são reconhecidos como Ativos Fixos Tangíveis. Pela análise efetuada às condições de reequilíbrio económico-financeiro previstas no contrato de concessão, verificámos que certas condições de reequilíbrio estão diretamente associadas ao risco de procura e outras estão dependentes de decisões do Concedente ou de outras entidades associadas, e de flutuações de taxas de juro nos mercados financeiros. Desta análise concluímos que as condições de reequilíbrio funcionam como uma garantia a favor do Concedente, limitando a margem auferida pela Empresa e colocando um teto no retorno da concessão. Por outro lado, não constitui um direito a receber do Concedente ou por conta deste, pelo que os valores investidos na concessão foram registados como um Ativo Intangível.

Tendo por base o disposto nas NCRF e supletivamente a IFRIC 12, as políticas contabilísticas adotadas pela Empresa foram as seguintes:

##### (a) Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo e são inicialmente valorizados ao custo de aquisição.

Subsequentemente, a Empresa decidiu manter o custo como critério de valorização.

Os Ativos Fixos Tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a utilização para a finalidade pretendida, utilizando o método da linha reta.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2015	2014
Edifícios e Outras Construções	5% - 10%	5% - 10%
Equipamento Básico	12,50%	12,50%
Equipamento de Transporte	25%	25%
Equipamento Administrativo	10% - 33,33%	10% - 33,33%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	12,50%	12,50%





Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

Os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e., o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e os custos de restauração do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários, fazem parte do custo do ativo fixo tangível correspondente e são amortizados no período de vida útil dos bens a que respeitam.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Os Ativos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

### Imparidade

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;





- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera -se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence, planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

#### (b) Ativos Intangíveis

Ativos Intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido. Após o reconhecimento inicial os Ativos Intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos Ativos Intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados, mas são testados quanto à imparidade independentemente de haver ou não indicadores de que possam estar em imparidade.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea a) Ativos Fixos Tangíveis.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

Para um Ativo Intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e., o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método da linha reta, exceto para os Direitos de Concessão em que o método utilizado é o método das Unidades de Produção (caudais de água).

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.



As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2015	2014
Propriedade Industrial	33,33%	33,33%
Direito de Concessão	2,43%	2,26%
Outros Ativos Intangíveis - Reversíveis	2,43%	2,26%

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Intangíveis:

#### **(b.1) Propriedade Industrial**

Nesta rubrica encontra-se refletida a aquisição de um software para a realização de desenho de plantas, relativamente ao qual existe o direito exclusivo de utilização.

A amortização é efetuada de acordo com o Decreto-Lei 25/2009.

#### **(b.2) Direitos de Concessão relacionados com a atividade concessionada**

Para os bens (que se materializarão em direitos de utilização de infraestruturas – IFRIC 12) com vidas úteis superiores ao período da concessão, as amortizações de investimentos iniciais ou os que venham a ser posteriormente aprovados ou impostos pelo Concedente e que materializem em expansão ou modernização das obrigações iniciais, deverão normalmente fazer-se pelo prazo da concessão. No entanto, os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, e que apresentam valor residual darão lugar a uma indemnização equivalente ao valor ainda não amortizado à data do fim da concessão.

As amortizações são calculadas pelo método das Unidades de Produção, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade.

#### **(c) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos e Imposto sobre o Rendimento do Período**

##### **(c.1) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos**

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;



- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.



Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

#### (c.2) Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável, de onde resulta uma taxa agregada máxima de 22,5%. Quando o lucro do exercício se situa entre 1,5 e 7,5 milhões de Euros é aplicada uma taxa de Derrama Estadual de 3%, passando esta a 5% quando aquele seja entre 7,5 e 35 milhões de Euros, acima deste valor a taxa é de 7% o que resulta numa taxa agregada máxima que poderá variar entre os 22,5% e os 29,5%.

Nos termos da legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

#### (d) Inventários

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

	Valorização	Métodos de Custeio
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Custo de aquisição (*)	Custo médio

(\*) - ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo



O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;
- Variações de justo valor, no caso de os inventários terem associados a si instrumentos derivados de cobertura (§37 b) da NCRF 27).

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

#### (e) Ativos Financeiros

Os Ativos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os Ativos Financeiros são valorizados ao custo líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano a Empresa avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existia uma evidência objetiva de imparidade, a Empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A Empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;
- Tornar -se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

A imparidade apurada nos termos atrás referidos não difere daquela que é apurada com critérios e para efeitos fiscais.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Financeiros.



#### (e.1) Clientes

As contas a receber de Clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de Vendas e Prestações de Serviços descritos na alínea m) sendo subsequentemente mensuradas ao custo menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

#### (e.2) Outras Contas a Receber

As outras contas a receber incluem:

- Devedores por acréscimos de rendimentos;
- Outros devedores;

e encontram-se valorizadas ao custo menos imparidade:

A imparidade, em ambos os casos é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

#### (e.3) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço

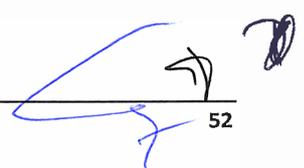
#### (f) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

#### (g) Diferimentos Ativos e Passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.



## (h) Rubricas dos Capitais Próprios

### (h.1) Capital Realizado

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

### (h.2) Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC), não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).

### (h.3) Resultados Transitados

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas. De acordo com o n.º 2 do art.º 32 do CSC, só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

### (h.4) Ajustamentos em ativos financeiros

Esta rubrica inclui o montante relativo à valorização do Notional referente ao contrato de Cobertura de Taxa de Juro, celebrado com a Caixa BI.

## (i) Provisões

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustadas.

Seguem-se algumas especificidades relativas a algumas Provisões:

### (i.1) Provisões para investimentos de substituição

O valor de 268.434 euros constante nesta rubrica, registado ao custo amortizado, é referente à constituição da provisão de Investimento de Substituição, o qual será utilizado para reparar e manter em bom estado de funcionamento os equipamentos utilizados na rede de abastecimento.

X

## (j) Outros Passivos Financeiros não incluídos nas alíneas anteriores

Os Passivos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

### (j.1) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo. Os financiamentos para os quais existe cobertura de taxa de juro fixa incluem também as variações de justo valor (§37 b) da NCRF 27).

Nos financiamentos para os quais existe cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, o respetivo derivado é apresentado, ao custo amortizado, na rubrica de Outros Passivos Financeiros.

### (j.2) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

### (j.3) Acionistas

Os empréstimos de acionistas encontram-se valorizados ao custo.

### (j.4) Outras Contas a Pagar

As outras contas a pagar incluem:

- Fornecedores de investimento;
- Credores por acréscimos de gastos;
- Outros credores;

### (j.5) Outros passivos financeiros

Esta rubrica inclui instrumentos financeiros derivados relativamente aos quais haja cobertura efetiva nos termos da NCRF 27 (com aplicação da IAS 39).

A Empresa celebrou um contrato de permuta de taxa de juro (interest rate swap), através do qual converteu a taxa de juro variável em taxa de juro fixa, com o objetivo de efetuar cobertura económica dos seus empréstimos.

Os fluxos de juros resultantes dos swaps, a receber e a pagar, são reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico dos acréscimos; os resultados financeiros registados correspondem ao diferencial entre (i) a taxa de juro fixa contratada e (ii) a taxa de juro variável, aplicado ao “notional amount”, segundo os contratos de swap.

## (l) Efeito das alterações das taxas de câmbio

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transações.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e o diferencial é reconhecido em resultados.

## (m) Vendas e Prestações de Serviço

As Vendas e as Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidos.

Quando é concedido crédito isento de juros aos compradores ou estes aceitam livranças com taxa de juro inferior à do mercado como retribuição pela venda dos bens, ou, de qualquer outra forma o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro é diferido, a diferença entre o justo valor da retribuição e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros, durante o período que medeia entre a data do reconhecimento do rédito e a data efetiva do recebimento.

Quando o preço da venda dos produtos inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das Vendas e Prestações de Serviços.

### (m.1) Vendas

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

### (m.2) Prestações de Serviço

O rédito das Prestações de Serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser fiavelmente mensurados.

O rédito da atividade concessionada é reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 20 – Rédito.

## (n) Gastos com o Pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Gastos com o Pessoal.

### (n.1) Férias e Subsídio de Férias

De acordo com a legislação laboral em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica “Outras Contas a Pagar”.

### (n.2) Benefícios de Cessação de Emprego

A Empresa reconhece um passivo e um gasto por Benefício de Cessação de emprego quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

- Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária.

Considera-se que a Empresa já se comprometeu de forma demonstrável quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano incluía, como mínimo:

- A localização, a função, e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;
- O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e
- Momento em que o plano será implementado.

Os Benefícios de Cessação de Emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas feitas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos Benefícios de Cessação de Emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

## (o) Juros e gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros suportados com empréstimos mensurados ao custo;
- Juros de instrumentos financeiros de cobertura de risco de taxa de juro (SWAP).

## (p) Ativos e Passivos Contingentes

Um Ativo Contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,

ou

- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
  - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
  - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

## (q) Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

## 3.2 Juízos de valor

### (a) Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização / depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a Empresa opera.

## (b) Impostos Diferidos Ativos

São reconhecidos Impostos Diferidos Ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte da Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- As estratégias de planeamento fiscal futuro.

### 3.3 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias subseqüentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

#### (a) Imparidade de Ativos Não Financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos o qual não inclui atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo:

- Quota de mercado durante o período orçamental
- Inflação no preço das matérias-primas
- Margem bruta
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos
- Taxas de desconto usadas para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

#### (b) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

### (c) Provisões

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

### 4. Fluxos de Caixa

As rubricas de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	2015	2014
Caixa	500	500
Depósitos à Ordem	611.501	472.781
Depósitos a Prazo	123.493	123.000
	<b>735.494</b>	<b>596.281</b>

### 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o exercício corrente não houve qualquer alteração às NCRF em vigor, pelo que não foi adotada nenhuma nova norma contabilística. Por outro lado, a Empresa não procedeu voluntariamente a qualquer alteração de política contabilística durante o exercício corrente.

A nível de estimativas contabilísticas, não houve também qualquer alteração com efeitos nem no período corrente nem em futuros períodos.

Não foram igualmente detetados no exercício corrente quaisquer erros ou omissões de períodos anteriores.

### 6. Partes Relacionadas:

As entidades relacionadas da Empresa são as seguintes:

Nome	Atividade	Localização
<i>Aquapor Serviços</i>	Gestão de Participações	Lisboa
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	Tratamento de Águas Residuais	Prest. Serviços em vários locais do Continente
<i>Pragosa Ambiente</i>	Limpeza, recolha, transporte e valorização de resíduos	Batalha
<i>Construções Pragosa</i>	Obras de construção civil	Batalha
<i>Ecobrejo</i>	Gestão de resíduos e do ambiente	Batalha
<i>Luságua Lisboa</i>	Distribuição de Água	Lisboa
<i>Águas de Alenquer</i>	Distribuição de Água	Alenquer

A empresa-mãe é a Aquapor – Serviços S.A, com sede em Lisboa, que detém uma participação direta na Águas da Azambuja, S.A. correspondente a 74,98% do capital.

A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

Parte relacionada	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que a Águas da Azambuja presta / Transações que faz	Serviços que a Águas da Azambuja recebe / Transações que recebe
Aquapor Serviços	-	Assistência técnica, aluguer de equipamento, rendas de viaturas e apoio comercial.
Luságua Serviços Ambientais	-	Análises de laboratório e trabalhos de manutenção.
Ecobrejo	-	Assistência técnica.
Construções Pragosa	-	Obras de Construção Civil.
Pragosa Ambiente	-	Recolha e transporte de resíduos.
Luságua Lisboa	Material Hidráulico	-
Águas de Alenquer	Material Hidráulico	-

A quantia das transações e os saldos pendentes de partes relacionadas são os indicados no quadro seguinte:

Empresa	Ano	Prestações Serviço	Compras de Serviços	Contas a receber	Contas a pagar	Acionistas	
						Saldo devedor	Saldo credor
Aquapor Serviços	2015	-	119.018	5.751	223.387	688.375	(369.375)
	2014	-	121.108	5.751	18.681	688.375	(369.375)
Luságua Serviços Ambientais	2015	-	13.991	-	20.039	-	-
	2014	-	16.847	-	2.830	-	-
Ecobrejo	2015	-	31.445	-	81.104	229.125	(123.125)
	2014	-	30.517	-	25.773	229.125	(123.125)
Construções Pragosa	2015	-	16.438	-	16.821	-	-
	2014	-	904	-	26.461	-	-
Pragosa Ambiente	2015	-	46.201	-	95.931	-	-
	2014	-	49.377	-	84.619	-	-
Águas de Alenquer	2015	-	-	-	-	-	-
	2014	148	-	616	-	-	-
Luságua Lisboa	2015	-	-	-	-	-	-
	2014	35	-	-	-	-	-

As remunerações do pessoal chave da gestão da Empresa encontram-se discriminadas no quadro seguinte:

	2015	2014
Total de benefícios de curto prazo dos empregados	44.928	44.957
Total de remunerações	<b>44.928</b>	<b>44.957</b>



## 7. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

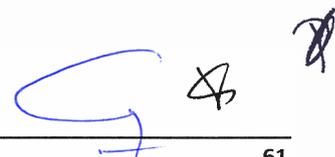
	Direitos de Concessão	Propriedade Industrial	Outros	Intangíveis em curso	Total Ativos Intangíveis
<b>Custo:</b>					
<b>1 de janeiro de 2014</b>	<b>4.362.947</b>	<b>1.164</b>	<b>888.156</b>	<b>142.208</b>	<b>5.394.475</b>
Aquisições	25.577	-	-	50.697	76.274
Transferências	10.549	-	-	(10.549)	-
<b>31 de dezembro de 2014</b>	<b>4.399.073</b>	<b>1.164</b>	<b>888.156</b>	<b>182.356</b>	<b>5.470.749</b>
Aumentos	-	-	-	37.508	37.508
Transferências	54.610	-	-	(54.610)	-
Alienações	-	-	-	(10.480)	(10.480)
<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>4.453.683</b>	<b>1.164</b>	<b>888.156</b>	<b>154.774</b>	<b>5.497.778</b>
<b>Amortizações e Imparidade:</b>					
<b>1 de janeiro de 2014</b>	<b>197.973</b>	<b>1.164</b>	<b>78.602</b>	-	<b>277.739</b>
Amortizações	95.017	-	18.097	-	113.114
<b>31 de dezembro de 2014</b>	<b>292.990</b>	<b>1.164</b>	<b>96.699</b>	-	<b>390.853</b>
Amortizações	116.106	-	2.814	-	118.919
<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>409.096</b>	<b>1.164</b>	<b>99.513</b>	-	<b>509.772</b>
<b>Valor líquido contabilístico:</b>					
A 31 de Dezembro de 2015	4.044.588	-	788.644	154.774	4.988.005
A 31 de Dezembro de 2014	4.106.083	-	791.457	182.356	5.079.897
A 1 de Janeiro de 2014	4.164.974	-	809.554	142.208	5.116.736

Parte do saldo da rubrica 'Ativo Intangível – Direito de Concessão' é referente ao Direito de Concessão detido pela empresa e tem como contrapartida a rubrica 'Outros Credores – Município de Azambuja'.

## 8. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Edifícios e outras construções	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos	Total Ativos Tangíveis
<b>Custo:</b>				
<b>1 de janeiro de 2014</b>	<b>57.259</b>	<b>58.349</b>	<b>6.301</b>	<b>121.909</b>
Aumentos	-	1.370	1.170	2.540
<b>31 de dezembro de 2014</b>	<b>57.259</b>	<b>59.719</b>	<b>7.471</b>	<b>124.449</b>
Aumentos	-	-	390	390
<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>57.259</b>	<b>59.719</b>	<b>7.861</b>	<b>124.839</b>



				<b>Total Ativos Tangíveis</b>
<b>Amortizações e Imparidade:</b>				
<b>1 de janeiro de 2014</b>	25.601	38.799	4.762	<b>69.162</b>
Amortizações	5.726	5.424	654	<b>11.804</b>
<b>31 de dezembro de 2014</b>	<b>31.327</b>	<b>44.223</b>	<b>5.416</b>	<b>80.966</b>
Amortizações	5.726	5.138	831	11.694
<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>37.053</b>	<b>49.361</b>	<b>6.247</b>	<b>92.660</b>
<b>Valor líquido contabilístico:</b>				
A 31 de Dezembro de 2015	<b>20.206</b>	<b>10.358</b>	<b>1.614</b>	<b>32.178</b>
A 31 de Dezembro de 2014	<b>25.932</b>	<b>15.496</b>	<b>2.055</b>	<b>43.482</b>
A 1 de Janeiro de 2014	<b>31.658</b>	<b>19.550</b>	<b>1.539</b>	<b>52.747</b>

Os compromissos à data do balanço que a Empresa apresenta com contratos de aluguer operacional, para cada categoria de ativo, é a constante do quadro seguinte:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
4 Contratos de aluguer de viaturas	40.980	42.092
	<b>40.980</b>	<b>42.092</b>

O total dos futuros pagamentos da locação à data do balanço, repartidos por períodos de vencimento encontra-se detalhado no quadro seguinte:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
	<b>Valor Presente</b>	<b>Valor Presente</b>
Não mais de um ano	18.045	13.842
Mais de um ano e não mais de cinco anos	22.395	28.250
<b>Total dos Pagamentos</b>	<b>40.980</b>	<b>42.092</b>

## 9. Inventários

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Matérias primas, Subs. e de Consumo	44.032	46.167
	<b>44.032</b>	<b>46.167</b>

As quantias de inventários reconhecidas como gasto durante o período encontram-se nos quadros seguintes:

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências em 1 de janeiro de 2014	55.452	55.452
Compras	965.965	965.965
Regularização de inventários	(504)	(504)
Existências em 31 de dezembro de 2014	(46.167)	(46.167)
<b>CMVMC</b>	<b>974.745</b>	<b>974.745</b>
Existências em 1 de janeiro de 2015	46.167	46.167
Compras	1.002.995	1.002.995
Regularização de inventários	(61)	(61)
Existências em 31 de dezembro de 2015	(44.032)	(44.032)
<b>CMVMC</b>	<b>1.005.069</b>	<b>1.005.069</b>

**10. Rédito**

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

	2015	2014
Vendas		
Mercadorias	643	389
Produtos Acabados e Intermédios		
Água	1.528.215	1.457.511
Quota Serviço Água	706.935	694.447
	<b>2.235.793</b>	<b>2.152.347</b>
Prestações de Serviços		
Diversos	139.871	113.975
Venda de Saneamento	444.299	428.199
	<b>584.171</b>	<b>542.174</b>
	<b>2.819.963</b>	<b>2.694.521</b>

A rubrica 'Diversos' de Prestações de Serviços engloba Abertura de Água, Ramais Água e Ramais Saneamento, Instalação, Reparação e Conservação de Contadores/Ramais, Deslocações e Outros Serviços.

O valor das vendas e prestações de serviços é referente ao mercado interno.



## 11. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões, por cada provisão, encontra-se refletido no quadro seguinte:

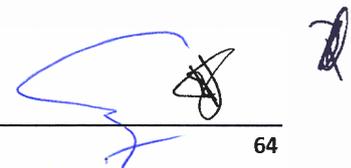
	Provisões para Investimento de Substituição	TOTAL
A 1 de Janeiro de 2014	278.973	328.594
Reversões do ano	(1.772)	(1.772)
Ajustamento temporal	(8.766)	(8.766)
A 31 de Dezembro de 2014	<b>268.434</b>	<b>268.434</b>
A 1 de Janeiro de 2015	268.434	268.434
Reversões do ano	(21.407)	(21.407)
Ajustamento temporal	13.118	13.118
A 31 de Dezembro de 2015	<b>260.144</b>	<b>260.144</b>

Nas contas da Empresa a 31 de dezembro de 2015 continuam por registar faturas no montante de 1.330.612 Euros relativo a dívida à entidade Águas de Lisboa e Vale do Tejo (sucessora da Sociedade extinta Águas do Oeste nos termos do D.L. 94/2015 de 29 de maio) pelo motivo de se ter efetuado contestação ao valor debitado por aquela entidade. Este valor decorre do não pagamento do diferencial entre os caudais mínimos garantidos no serviço de abastecimento de água e os caudais reais efetivamente consumidos nos anos de 2010 e 2011.

Sobre este assunto, decorre uma Ação Administrativa Comum no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, proposta pela Águas do Oeste contra a Águas da Azambuja no valor de 601.538 Euros motivada pelo não pagamento do diferencial entre os caudais mínimos garantidos no serviço de abastecimento de água e os caudais reais efetivamente consumidos no ano de 2011 e um processo de injunção também requerida pela Águas do Oeste contra a Águas da Azambuja no valor de 730.148 Euros motivada pelo não pagamento do diferencial entre os caudais mínimos garantidos no serviço de abastecimento de água e os caudais reais efetivamente consumidos no ano de 2010.

Em ambos os processos a Águas da Azambuja apresentou oposição fundamentada nomeadamente no facto de a Águas do Oeste não ter concluído nessa data a sua infraestrutura de abastecimento de água no Município de Azambuja, o que impede nos termos do contrato e da legislação em vigor a aplicação dos caudais mínimos garantidos. No âmbito destes processos, a Águas da Azambuja apresentou ainda um pedido de reconvenção no valor de 904.431 Euros por perda de faturação motivada por atraso na conclusão das obras do Plano de Investimentos da Águas do Oeste no Município de Azambuja.

Não obstante os requerimentos de suspensão apresentados pela Águas do Oeste, ambos os processos continuam a correr os seus termos nos respetivos tribunais.



## 12. Imposto sobre o Rendimento

O Rendimento por impostos correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2015	2014
Imposto Corrente		
IRC do ano	8.586	3.362
	8.586	3.362
Imposto Diferido		
Outros movimentos	-	(4.438)
	-	(4.438)
	<b>8.586</b>	<b>(1.076)</b>

Não houve lançamento de novos impostos.

A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de imposto		Taxa de imposto	
	2015	2014	2015	2014
Resultado antes de impostos	139.603	(258.441)		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	22,5%	24,5%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	31.411	(63.318)	22,50%	24,50%
Proveitos não tributáveis				
Variações patrimoniais positivas	-	18.363		
Variações patrimoniais negativas	-	1.616		
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	21.407	8.878		
	21.407	28.856	(26,50%)	0,74%
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Multas, coimas e juros compensatórios	6	-		
Provisões para além limites legais	7.376	7.040		
Outros	-	3.722		
	7.382	10.762	(26,50%)	(0,98%)
Lucro tributável	125.578	(276.535)		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,00%	23,00%		
Imposto calculado	26.371		18,89%	0,00%
Tributação autónoma	1.416	3.362	1,01%	(1,30%)
Derrama	1.884	-	1,35%	0,00%
Utilização de perdas fiscais	(21.085)	-	(15,10%)	0,00%
Efeito do aumento / reversão de impostos diferidos	-	(4.438)	0,00%	1,72%
	(17.785)	(1.076)	(12,74%)	0,42%
Imposto sobre o rendimento	<b>8.586</b>	<b>(1.076)</b>	<b>6,15%</b>	<b>0,42%</b>



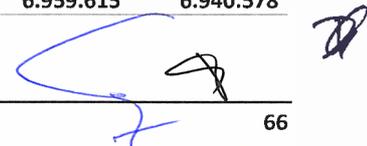
Os movimentos registados nas rúbricas de imposto diferido foram os seguintes:

	Contas Balanço		Contas Demonstração Resultados		Outras Rubricas de Capital Próprio	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>Impostos Diferidos Passivos</b>						
Ajustamentos de transição para o SNC (Eq. Básico) e Amortizações	-	-	-	(7.547)	-	-
Integração Património e Bens Adquiridos	-	-	-	(398)	-	-
Valor da Renda reconhecido em 2012	-	-	-	(1.047)	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(8.991)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
	Contas Balanço		Contas Demonstração Resultados		Outras Rubricas de Capital Próprio	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>Impostos Diferidos Ativos</b>						
Ajustamentos de transição para o SNC	-	-	-	(4.417)	-	-
Subsidio	-	-	-	(137)	-	-
Custo amortizado	-	-	-	-	(14.212)	(28.982)
SWAP	-	14.212	-	-	(14.212)	(28.982)
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>14.212</b>	<b>-</b>	<b>(4.553)</b>	<b>(14.212)</b>	<b>(28.982)</b>
	-	-	-	(4.438)	-	-

### 13. Instrumentos Financeiros

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço:

Instrumentos Financeiros Ativos		2015	2014
<b>Corrente</b>			
Clientes			
Valor Bruto		669.491	538.086
Imparidade		(111.441)	(91.844)
		<b>558.050</b>	<b>446.242</b>
Adiantamentos a Fornecedores			
Acionistas		917.500	917.500
Outras contas a receber		142.230	146.783
		<b>1.617.780</b>	<b>1.510.526</b>
Instrumentos Financeiros Passivos		2015	2014
<b>Não corrente</b>			
Financiamentos obtidos			
Acionistas		3.913.713	3.954.550
Outras contas a pagar		492.500	492.500
		509.033	533.665
		<b>4.915.246</b>	<b>4.980.715</b>
<b>Corrente</b>			
Fornecedores			
Financiamentos obtidos		1.527.416	1.409.694
Outras contas a pagar		142.999	83.416
		373.955	466.753
		<b>2.044.369</b>	<b>1.959.862</b>
		<b>6.959.615</b>	<b>6.940.578</b>



X

Instrumentos Financeiros Derivados		2015	2014
Outros passivos financeiros			
Swap		-	63.166
		-	<b>63.166</b>
Instrumentos Financeiros de Capital		2015	2014
Capital			
		50.000	50.000
Outros instrumentos de capital			
Prestações suplementares		1.895.000	1.895.000
		<b>1.945.000</b>	<b>1.945.000</b>

### 13.1 Clientes

O saldo de clientes c/c decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Total	Dívida não vencida	Dívida vencida				
			< 60 Dias	61-90 Dias	91-120 Dias	121-180 Dias	> 180 Dias
Ano 2015	669.491	375.265	149.634	11.576	2.896	3.291	126.829
Ano 2014	538.086	344.688	59.170	4.304	2.469	3.367	124.088

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Reforço do Ano	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Exercício de 2015					
Clientes	91.844	19.597	-	-	111.441
	<b>91.844</b>	<b>19.597</b>	-	-	<b>111.441</b>
Exercício de 2014					
Clientes	71.213	20.631	-	-	91.844
	<b>71.213</b>	<b>20.631</b>	-	-	<b>91.844</b>

### 13.2 Outras Contas a Receber

O saldo de Outras Contas a Receber decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2015	2014
Outras contas a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Venda de Água	116.556	121.919
Saneamento	22.237	23.618
Juros	50	246
Pessoal	1.387	-
Cauções de Fornecedores	2.000	1.000
	<b>142.230</b>	<b>146.783</b>

### 13.3 Fornecedores

O saldo de Fornecedores decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2015	2014
Fornecedores		
Nacionais	1.137.988	1.271.350
Entidades relacionadas	389.428	138.344
	<b>1.527.416</b>	<b>1.409.694</b>

### 13.4 Outras Contas a Pagar

O saldo de Outras Contas a Pagar decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2015	2014
Outras contas a pagar - não corrente		
Outros credores		
Renda de concessão	509.033	533.665
	<b>509.033</b>	<b>533.665</b>
Outras contas a pagar - corrente		
Fornecedores de investimento	24.735	43.190
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	24.869	23.619
Juros	107.354	131.225
Fornecimentos e serviços por faturar	2.739	1.955
Diversos	22.528	12.173
Outros credores		
Taxa Municipal RSU	168.591	231.387
Renda de concessão	23.138	23.203
Diversos	-	-
	<b>373.955</b>	<b>466.753</b>
	<b>882.988</b>	<b>1.000.418</b>

O saldo da rubrica 'Outros Credores – Renda de Concessão' é referente ao Direito de Concessão adquirido pela empresa, conforme respetivo Contrato de Concessão e tem como contrapartida a rubrica de Ativos Intangíveis – Direitos de Concessão.

### 13.5 Financiamentos Obtidos

A empresa tem em carteira os seguintes financiamentos obtidos:

	2015	2014
Não correntes		
Empréstimos bancários		
CGDI	3.913.713	3.954.550
	<b>3.913.713</b>	<b>3.954.550</b>
Correntes		
Empréstimos bancários		
CGDI	142.999	83.416
	<b>142.999</b>	<b>83.416</b>

### 13.6 Acionistas

O saldo de Acionistas decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2015	2014
Acionistas - Outras operações Ativas	917.500	917.500
Acionistas - Outras operações Passivas	(492.500)	(492.500)
	<b>425.000</b>	<b>425.000</b>

### 13.7 Outros Passivos Financeiros

O saldo de Outros Passivos Financeiros decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2015	2014
Derivados com cobertura eficaz		
"Swap" de taxa de juro variável	-	63.166
	-	<b>63.166</b>

No âmbito da gestão operacional da sua atividade, a Águas da Azambuja, S.A. contratou um financiamento a taxa de juro variável, com a Caixa Geral de Depósitos BI, e utiliza o contrato de permuta de taxa de juro para fazer a cobertura económica dos juros, a pagar até 24 de fevereiro de 2015. A empresa Águas da Azambuja, S.A. pretendeu assim cobrir o risco de taxa de juro decorrente da imprevisibilidade da evolução futura dos mercados financeiros.



As quantias resultantes da alteração de justo valor de instrumentos de cobertura que foram reconhecidas no capital próprio durante o período são as indicadas no quadro seguinte:

Ano de 2015	2014	Varição de justo valor	2015
Ajustamentos em Ativos e passivos financeiros			
Variação em Passivos			
Derivados com cobertura eficaz			
"Swap's" de taxa de juro variável	63.166	(63.166)	-
Imposto Diferido	(14.412)	14.412	-
	<b>48.754</b>	<b>(48.754)</b>	-

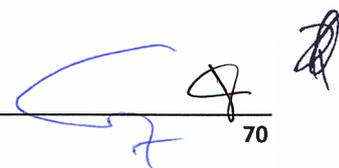
Ano de 2014	2013	Varição de justo valor	2014
Ajustamentos em Ativos e passivos financeiros			
Variação em Passivos			
Derivados com cobertura eficaz			
"Swap's" de taxa de juro variável	175.890	(112.724)	63.166
Imposto Diferido	(43.193)	28.881	(14.412)
	<b>132.697</b>	<b>(83.843)</b>	<b>48.754</b>

### 13.8 Capital

As quantias do capital social nominal e do capital social por realizar são as indicadas no quadro seguinte:

	2015	2014
Capital social nominal emitido	50.000	50.000
Capital social nominal emitido e realizado		
Aquapor - Serviços, S.A.	37.490	37.490
Ecobrejo - Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A.	12.495	12.495
Luságua - Serviços Ambientais, S.A.	5	5
Luságua Alcanena - Gestão de Águas, S.A.	5	5
Pragosa Ambiente, S.A.	5	5
	<b>50.000</b>	<b>50.000</b>
Capital por realizar	-	-

O capital social emitido é composto por 10.000 ações com um valor nominal de 5 Euros cada.





### 13.9 Compromissos Financeiros não incluídos no Balanço

No quadro seguinte apresentam-se as garantias bancárias detidas pela empresa a 31 de dezembro de 2015:

Garantia	Banco	Valor	Referência	Entidade	Motivo
2.501.002.237.093	CGD	3.500	Galp Frota	Petrogal, S.A.	Consumo Combustíveis
2.501.002.609.093	CGD	5.000	Obras Via Pública	EP - Estradas de Portugal	Obra EN3 do Km 4+500 ao Km 4+630D
2.501.002.608.293	CGD	14.100	Obras Via Pública	EP - Estradas de Portugal	Obra EN1 do Km 60+422 ao Km 60+737-D e E
508 660	Caixa BI	1.000.000	Concessão	Município da Azambuja	Contrato de Concessão

A empresa tem ainda subjacente ao seu Contrato de Financiamento em Projet, celebrado com o Banco Caixa BI, uma garantia bancária no montante de 6.500.000 Euros.

Decorrente do contrato de concessão, existem compromissos financeiros assumidos e não incluídos no Balanço, relativos a Investimentos Futuros e previstos no Contrato de Concessão, que se mantiveram inalterados no corrente exercício ascendendo a cerca de 2.278.814 Euros.

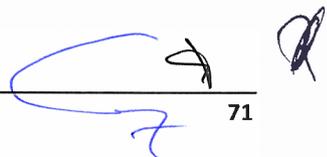
### 13.10 Riscos relativos a instrumentos financeiros

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

No desenvolvimento das suas atividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de mercado
  - Risco de taxa de juro
  - Risco de taxa de câmbio
  - Outros riscos de preço
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos - riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.





## 14. Gastos com Pessoal

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2015	2014
Remunerações do Pessoal	160.909	151.555
Indemnizações	-	200
Encargos sobre Remunerações	34.343	32.312
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	1.481	901
Gastos de ação social	5.920	5.712
Outros gastos com o Pessoal	1.610	1.741
	<b>204.264</b>	<b>192.421</b>

O número médio de pessoal ao serviço da empresa em 2015 foi de 10 (2014: 10 pessoas).

## 15. Outras Informações

### 15.1 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2015	2014
Saldo a Receber		
Pagamento Especial por Conta	18.872	18.871
Retenções Imposto sobre Rendimento	-	396
IVA	4.536	5.920
Imposto do Exercício	(8.586)	(3.362)
	<b>14.822</b>	<b>21.825</b>
Saldo a Pagar		
Imposto sobre o rendimento	1.897	-
Retenções Imposto sobre Rendimento	-	2.022
IVA	3.285	-
Contribuição para a Segurança Social	3.700	3.508
	<b>8.882</b>	<b>5.530</b>

### 15.2 Diferimentos

Os gastos a reconhecer discriminam-se como segue:

	2015	2014
Gastos a reconhecer		
Seguros	-	-
Rendas	1.931	1.928
Encargos Bancários	42.371	31.416
Outros	6.318	6.293
	<b>50.620</b>	<b>39.637</b>



### 15.3 Reservas e Resultados

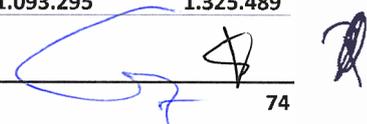
A Rubrica de Reservas e Resultados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	TOTAL
Saldo em 1 de janeiro de 2014	(998.622)	(565.739)	(1.564.361)
Ajustamentos de Transição	-	-	-
Remanescente da aplicação de Resultados	(998.622)	(565.739)	(1.564.361)
Resultado do ano	(565.739)	565.739	-
Resultado do ano	-	(257.366)	(257.366)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>(1.564.361)</b>	<b>(257.366)</b>	<b>(1.821.727)</b>
Saldo em 1 de janeiro de 2015	(1.564.361)	(257.366)	(1.821.727)
Resultado do ano	-	131.017	131.017
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>(1.821.727)</b>	<b>131.017</b>	<b>(1.690.710)</b>

### 15.4 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2015	2014
Subcontratos	190.219	148.841
Serviços Especializados		
Trabalhos especializados	664.146	953.627
Publicidade e propaganda	2.671	5.690
Vigilância e segurança	1.329	1.122
Honorários	2.990	2.788
Comissões	1.092	905
Conservação e reparação	36.355	18.203
Ouros Serviços Especializados	750	918
Materiais		
Ferramentas e utensílios	1.508	1.041
Livros e documentação técnica	-	20
Material de escritório	2.497	2.235
Energia e Fluidos		
Eletricidade	25.341	22.270
Combustíveis	12.309	14.318
AGUA	-	1.400
Outros Fluidos	338	446
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	1.488	1.678
Transportes de Mercadorias	20	10
Serviços Diversos		
Rendas e alugueres	42.527	46.346
Comunicação	66.028	61.386
Seguros	9.832	11.409
Contencioso e notariado	1.952	2.319
Despesas de representação	39	118
Limpeza, higiene e conforto	4.378	4.449
Outros	25.485	23.952
	<b>1.093.295</b>	<b>1.325.489</b>





### 15.5 Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica Outros Rendimentos e Ganhos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2015	2014
Rendimentos Suplementares		
TRH	23.351	21.350
Outros	577	7.597
Ganhos em Inventários	4.822	-
Outros		
Ganhos em Outros Instrumentos financeiros (Nota 28)	5	-
Outros não especificados	7.151	8.766
	<b>35.905</b>	<b>37.712</b>

### 15.6 Outros Gastos e Perdas

A rubrica Outros Gastos e Perdas decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2015	2014
Impostos	46.928	46.901
Perdas em Inventários	4.883	504
Outros Não Especificados	128	-
	<b>51.939</b>	<b>47.405</b>

### 15.7 Gastos / Reversões de Depreciações e Amortização

A rubrica Gastos / Reversões de Depreciações e Amortização decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2015	2014
Gastos de depreciação e de amortização		
Propriedades de Investimento (Nota 12)	-	-
Ativos Fixos Tangíveis	11.694	11.804
Ativos Intangíveis	118.919	113.114
	<b>130.614</b>	<b>124.918</b>

### 15.8 Juros e Rendimentos Similares Obtidos

A rubrica Juros e Rendimentos Similares Obtidos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2015	2014
Juros Obtidos		
De Depósitos Bancários	395	1.829
Atraso de pagamento de clientes	4.222	3.541
	<b>4.617</b>	<b>5.370</b>



## 15.9 Juros e Gastos Similares Suportados

A rubrica Juros e Gastos Similares Suportados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2015	2014
Juros Suportados		
Empréstimos Bancários	98.783	218.610
Empresas de grupo	12.981	14.289
Mora e Compensatórios	27.081	60.143
Outros Gastos e Perdas de Financiamento		
Comissões bancárias sobre empréstimos / financiamento	81.065	48.986
Serviços Bancários	389	367
Comissões Garantias	9.364	9.364
IPC Renda Concedente	-	1.735
Outros	32.397	7.835
	<b>262.061</b>	<b>361.329</b>

## 15.10 Trabalhos para a Própria Empresa

A rubrica Trabalhos para a Própria Empresa decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2015	2014
Trabalhos para a Própria Empresa		
Ativos Intangíveis	24.547	49.120
	<b>24.547</b>	<b>49.120</b>

## 16. Aspetos Ambientais

Em 2015 a sociedade não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, excetuando aqueles que se relacionam diretamente com o objeto da sua atividade.

Em 2015 não se encontra registado nas Demonstrações Financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a sociedade.

## 17. Acontecimentos após a data do Balanço

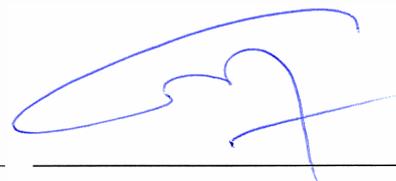
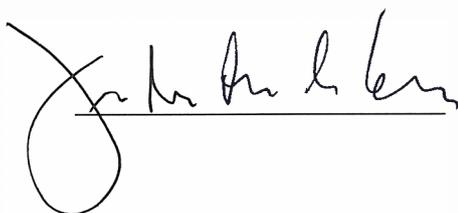
A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 28 de março de 2016. Estas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo conselho de Administração. Desde 31 de dezembro de 2015 e até essa data não ocorreram quaisquer factos que não estejam já ajustados e/ou divulgados nas demonstrações financeiras.

## 18. Divulgações exigidas por Diplomas Legais

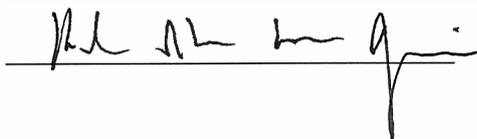
Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 324.º, 397.º, 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

- a) Em obediência ao disposto no n.º2 do artigo 324.º do CSC informa-se que a empresa não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- b) Em obediência ao disposto no n.º4 do artigo 397.º do CSC informa-se que, no decorrer de 2015, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Empresa e membros dos seus órgãos sociais;
- c) Na Nota 1 deste relatório, é apresentada a estrutura acionista completa da Empresa. Desta forma obedece-se ao disposto nos artigos 447º e 448º do CSC;
- d) Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a empresa não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2015, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2016, nos prazos legais.

Conselho de Administração



Contabilista Certificado



## Certificação Legal das Contas

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Águas da Azambuja, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 7.482.933 Euros e um total de capital próprio de 254.291 Euros, incluindo um resultado líquido de 131.017 Euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### **Opinião**

7. Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de Águas da Azambuja, S.A., em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

#### **Ênfase**

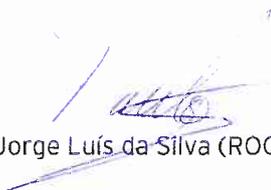
8. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de, conforme referido no Relatório de Gestão e na Nota 1 do Anexo, a Empresa ter apresentado à Câmara Municipal de Azambuja, em Junho de 2011, um pedido de revisão do Contrato de Concessão do qual resultou, após um processo negocial, uma proposta de aditamento aprovada em julho de 2015 pelos diferentes órgãos autárquicos. O processo de aprovação do Aditamento carece ainda de consentimento da Entidade Financiadora do projeto, processo em curso, e da emissão de visto por parte do Tribunal de Contas, processo consequente e que permite concluir as necessárias autorizações. É expectativa da Sociedade que este processo seja concluído no decorrer de 2016.

**Relato sobre outros requisitos legais**

9. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 15 de abril de 2016

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)  
Representada por:



Paulo Jorge Luís da Silva (ROC nº 1334)



**Ernst & Young**  
**Audit & Associados - SROC, S.A.**  
Avenida da República, 90-6º  
1600-206 Lisboa  
Portugal

Tel: +351 217 912 000  
Fax: +351 217 957 586  
www.ey.com

## Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Águas da Azambuja, S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

No decurso do exercício, acompanhamos a atividade da Empresa tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Empresa;
- Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades provenientes dos acionistas e dos colaboradores da Empresa;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e do contrato de sociedade.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal das contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e com uma ênfase.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

### Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização da Águas da Azambuja, S.A. nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 31 de dezembro de 2015 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 31 de dezembro de 2015 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais;
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 31 de dezembro de 2015, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 15 de abril de 2016

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)  
Representada por:



Paulo Jorge Luís da Silva (ROC nº 1334)